

Entrevista com Avelãs Nunes, 251

DIÁLOGOS COM
A DOUTRINA

Entrevista com Avelãs Nunes

RTDC: Qual era o contexto social e histórico ao início de sua vida universitária?

AN: Presumo que não pretendem que eu faça aqui um estudo histórico sobre o Portugal de finais dos anos 50 do século XX. Além do mais porque sabem que me falta para tanto a bagagem de historiador.

O que direi a seguir corresponde à visão que tinha do meu País um rapazinho de 17 anos que há pouco saíra de Pinhel, sua terra natal, uma cidadezinha de província, no interior rural da Beira Alta, perto da fronteira espanhola de Fuentes de Oñoro. Um rapazinho pobre, neto de moleiro e de pastor (ambos analfabetos) e filho de um alfaiate e uma costureira (neste caso, ambos com cinco anos de escolaridade básica).

Como em muitas localidades do País, em Pinhel só havia luz eléctrica a partir do anoitecer. Para ouvir os relatos radiofónicos dos jogos de futebol (todos de dia, porque não havia estádios iluminados), só no rádio do táxi da terra, que prestava esse importantíssimo “serviço público” (interrompido quando, para desgraça nossa, alguém o chamava para uma viagem). Na casa dos meus pais (como na maioria das casas da minha terra) não havia água canalizada, nem ligação ao saneamento básico, nem electricidade (já eu estava licenciado em Direito quando o meu pai fez ele próprio a ligação à rede eléctrica, usando a sua inteligência e a sua habilidade). Já estudante universitário, estudava e lia à noite, em férias, à luz de candeeiro de petróleo.

Outra característica de povo emigrante que os portugueses sempre foram deixou marcas na minha família: três irmãos do meu pai tinham emigrado para SP; dois irmãos da minha mãe emigraram para o RJ, onde o meu próprio pai tentou a sorte em 1953. Não tendo conseguido emprego, regressou a casa (onde tinha deixado a mulher e quatro filhos) cerca de seis meses depois, porque teve a sorte de uma das minhas tias de SP lhe ter pago a viagem de regresso. Como em Pinhel só havia ensino secundário até ao 5º ano, tive que vir para Coimbra frequentar o 6º e o 7º anos, que davam entrada na Universidade. Devo ao Director do Colégio da minha terra ter convencido os meus pais a deixarem-me sair para continuar os estudos, garantindo-lhes que me conseguiria uma bolsa de estudos que me permitiria viver em Coimbra sem quaisquer encargos para eles. Ele cumpriu a promessa, e eu passei a viver de bolsas de estudo desde os meus 15 anos (1955) até que concluí a Licenciatura em Direito (1962).

A viagem para Coimbra (no início de Outubro de 1955) foi a minha primeira viagem de comboio (só quatro ou cinco anos mais tarde vi o mar pela primeira vez) e terá sido a sétima vez que saí da minha cidade natal (antes, tinha saído três vezes, na camioneta da carreira, para fazer exames oficiais, e três vezes, de automóvel, em actividades de desporto escolar, num raio máximo de 50 km).

A minha terra teria então uns 3.000 habitantes, que viviam em regra pobremente, salvo uns poucos membros da aristocracia rural, já bastante decadente e a perder estatuto económico e social. Mas ainda com poder e estatuto para conseguir que a piscina municipal abrisse de manhã (só no verão, claro) apenas para os meninos e meninas dessa pequena elite, abrindo da parte da tarde para o povo em geral (e, de tarde, os membros da elite não se misturavam com o povoluéu). Como em todo o País, a agricultura era a actividade dominante, envolvendo cerca de 40% da população activa. O obscurantismo e a pasmaceira marcavam o “clima” que se respirava.

Alguns factos marcaram, porém, a minha experiência de vida. Um primo direito meu (Mário Canotilho), quase 20 anos mais velho do que eu, era advogado em Pinhel. Eu sabia (porque em minha casa se falava disso) que ele tinha sido preso pela polícia política (PIDE), no último ano do Curso de Direito em Coimbra, por ser militante (clandestino) do Partido Comunista Português (PCP). Era um homem respeitadíssimo, como advogado e como pessoa. E eu adorava esse meu primo-irmão-amigo-camarada. Nas minhas férias grandes (enquanto estudava em Pinhel) ia para o escritório dele (onde trabalhava outro militante do PCP), para poder escrever à máquina e aprender essa “arte”. Para além das conversas a que tinha acesso (e que ouvia embevecido), podia ler o único jornal diário anti-salazarista que se publicava em Portugal, o *República*, que o Mário assinava, e ia espreitando um ou outro livro “proibido” que ele tinha nas estantes do escritório.

Outro marco nas minhas memórias relaciona-se com o facto de a oficina de alfaiate do meu pai ser fronteira à casa onde viviam os pais de outro pinhelense que era, na altura, funcionário do PCP na clandestinidade (o escultor e pintor José Dias Coelho, que viria a ser assassinado pela PIDE, à queima roupa, numa rua de Lisboa, em Dezembro de 1961) e de uma senhora casada com outro dirigente comunista na clandestinidade (Carlos Aboim Inglês). Dada a situação dos pais, a filha de José Dias Coelho vivia com os avós em Pinhel e passava horas na oficina do meu pai a fazer desenhos.

Por outro lado, a Espanha ficava ali ao lado e as consequências da Guerra Civil fizeram-se sentir nas terras da fronteira. Eu nasci em 1939. Mas conheci o Julián, um espanhol que se refugiara por ali, vivendo pacatamente de uns trabalhos de electricista. As pessoas diziam,

em surdina, que ele tinha fugido da Guerra. Ao invés, havia um “senhor” da tal aristocracia arruinada, filho de um general salazarista, que tinha combatido como voluntário nas hostes franquistas, e que alguns apontavam como herói. O povo não o levava muito a sério, porque nunca se lhe conheceu uma profissão digna desse nome.

As sequelas da Guerra Civil na Espanha e da Segunda Guerra Mundial acentuaram as dificuldades económicas de um país atrasado e refém do fascismo como era o Portugal salazarista. O racionamento vigorou durante vários anos. Guardo até hoje na minha memória a modéstia da vida em casa dos meus pais, mesmo no que toca à alimentação. E recordo-me vivamente da caderneta com as senhas picotadas do racionamento, que davam direito, semana a semana, a uma determinada dose de arroz, de massa, de açúcar, de bacalhau, de azeite, que eu ia com a minha mãe “aviar” na loja do Sr. Ernestinho. Mais amargas são as lembranças dos dias em que ia para a porta da padaria (antes de ir para a escola, mesmo no inverno, com temperaturas negativas) à espera de vez para comprar o pão a que tínhamos direito, sendo que, alguns dias, já não havia pão quando chegava a minha vez. E eu tinha de ir para a escola com uma caneca de “café de cevada”. Poucos anos depois, a minha mãe começou a fazer o pão em casa, que era cozido num forno comunitário. Era um pão de centeio de que ainda hoje tenho saudades. Só se comia alguns dias depois de cozido, porque “o pão assente funde mais”, dizia a minha mãe, sabendo bem do que falava. Mas vi muitas vezes os trabalhadores dos campos das aldeias almoçar um pedaço de pão centeio e um tomate ou uma cebola que colhiam na horta vizinha (na melhor das hipóteses, um pouco de carne gorda de porco, que tinha sido cozida para temperar o caldo de batata, couve e feijão). E à noite, quando chegavam a casa, a ceia era uma malga de caldo.

A vivência da minha família não andava longe da vida da grande maioria das famílias portuguesas, muitas, tenho a certeza, vivendo ainda muito pior do que nós. O retrato que fica, em pinceladas leves, é o retrato do quotidiano do Portugal sob a bota de Salazar.

Já vêm como entrou a política na minha vida. Só se eu perdesse a memória ou traisse as minhas origens poderia deixar de estar do lado dos trabalhadores e dos pobres na luta de classes.

Já em Coimbra, comecei a ouvir falar de acontecimentos marcantes, em Portugal e no estrangeiro, alguns ocorridos naqueles anos, outros um pouco antes.

Ouvi falar do campo de concentração do Tarrafal (Cabo Verde) e de vários homens de esquerda (a maior parte comunistas) que para lá foram enviados: regressaram alguns a Portugal em 1946, na sequência da derrota do nazi-fascismo, mas o último dos que lá ficaram (Francisco Miguel, dirigente comunista) só foi transferido para uma cadeia portuguesa em 1953.

Ouvi falar da demissão de vários professores universitários por motivos políticos. Ouvi falar das greves que, apesar de ilegais e fortemente reprimidas, se iam sucedendo por todo o País, pela melhoria de salários e pela jornada de 8 horas de trabalho (em vez do trabalho de sol a sol, como era corrente nos campos). Ouvi falar do assassinato, pelas forças policiais, de Catarina Eufémia, uma jovem ceifeira comunista, grávida de seis meses, quando encabeçava um grupo de grevistas no Alentejo do latifúndio. Já eu andava na Universidade, o cantor José Afonso dedicou-lhe uma canção (“Chamava-se Catarina/O Alentejo a viu nascer (...)/ Baleizão a viu morrer/ Ficou vermelha a campina/ Do sangue que então brotou/ Quem viu morrer Catarina/ Não perdoa a quem matou”). Vivi em Coimbra a mobilização dos estudantes das universidades portuguesas contra um decreto-lei do Governo (1956) que queria amordaçar ainda mais o movimento associativo estudantil. Particpei da euforia do processo eleitoral para Presidente da República em que a oposição ao fascismo salazarista se uniu à volta do General Humberto Delgado (1958). Tive conhecimento, por papéis que passavam pelo escritório do meu primo Mário Canotilho, do fuzilamento de trabalhadores portuários em Bissau (Guiné) e de terem sido lançados ao mar a partir de aviões alguns trabalhadores africanos de S. Tomé e Príncipe (1959). Tive conhecimento da fuga do Forte de Peniche de vários dirigentes comunistas, entre os quais Álvaro Cunhal (Janeiro de 1960). Exultei, como todos os anti-fascistas, com a tomada do navio *Santa Maria*, por um grupo comandado pelo Capitão Henrique Galvão, que viria a ser acolhido no Brasil, onde aportou, frustrada a tentativa de desembarcar em Angola. Assisti, desesperado, ao início da guerra colonial em Angola (1961) e respirei de alívio por quase não ter morrido ninguém quando a chamada “Índia portuguesa” foi libertada por tropas da União Indiana, apesar da palavra de ordem de Salazar para os poucos militares que lá se encontravam (“mortos ou vitoriosos”). Alvoroei-me com a notícia da tentativa de insurreição levada a cabo por militares e civis antifascistas com o assalto frustrado ao quartel de Beja (1 de Janeiro de 1962).

Mas é claro que a vida dos jovens portugueses daquele tempo foi também marcada por acontecimentos internacionais que anunciavam vitórias das forças progressistas. Soube-nos bem a vitória do Egipto de Nasser (que nacionalizara o Canal de Suez), com o apoio da URSS, sobre a coligação Inglaterra-França-Israel (1956). Foi com enorme alegria que recebemos a vitória da guerrilha em Cuba (1959). Foi com deslumbramento que acompanhámos a notícia do envio para o espaço de um satélite soviético com a cadela Laika lá dentro, e foi com espanto e exaltação que vivemos os dias do primeiro voo de uma nave espacial tripulada por um homem (Yuri Gagarine, em Abril de 1961). Ainda em 1961, ficámos preocupados com a intervenção militar americana em Cuba (invasão da Baía dos Porcos, apesar da derrota das

forças americanas) e ficámos revoltados com o assassinato de Patrice Lumumba no Congo (ex-belga). A guerra colonial alastrava nas colónias portuguesas, e muitos jovens iniciaram o caminho do exílio para não combaterem essa guerra injusta e contra o sentido da história. Eu próprio comecei a programar essa possibilidade (em 1961/62), juntamente com um meu colega (então militante do PCP), que acabaria mesmo por exilar-se. Tive a sorte de conseguir anular (com “cunha” de um sargento!) a convocatória para o Exército para cumprir o serviço militar obrigatório (Agosto/1962). Esta “vitória” permitiu-me concluir a licenciatura em Direito e vir a ser incorporado na Marinha, em 1963. A Marinha era uma arma mais liberal, que oferecia condições muito melhores. No final da recruta, a PIDE informou a Escola Naval de que eu não dava garantias de poder servir como oficial ao serviço da Pátria. Um oficial anti-salazarista deu-me esta informação, acrescentando que o Comandante da Escola tinha mandado arquivar o processo e que, se fosse no Exército, seria enviado para uma Companhia disciplinar para cumprir o serviço militar como soldado raso (conheci um licenciado em Direito e um licenciado em Medicina a quem aconteceu isto mesmo). Acabei por ter a sorte de ser colocado no Ministério da Marinha, no Terreiro do Paço, onde passei dois anos e sete meses, evitando os caminhos do exílio.

Deixem-me recordar-lhes outro episódio que muito me marcou. Quando entrei para a Universidade (Outubro de 1957), amigos meus (gente de esquerda) que estavam alojados numa residência de estudantes pertencente à Mocidade Portuguesa (organização que pretendia imitar as organizações de juventude da Itália e da Alemanha), aconselharam-me a ir para lá, porque a renda era muito barata, podíamos tomar banho de água quente e água fria sempre que quiséssemos e ainda nos lavavam e passavam a ferro a roupa. Naquela altura, os quartos particulares eram caros em Coimbra e só era permitido um banho por semana (em algumas casas nem havia casa de banho e muitos estudantes tinham de tomar banho em local público existente nos Hospitais da Universidade). As condições eram atractivas e eu mudei-me para essa residência, pertinho da Faculdade de Direito e da cantina onde iria comer, como bolseiro.

Pois bem. Algum tempo depois, o Director do Centro Universitário da Mocidade Portuguesa (um professor universitário) convocou-nos para uma reunião em que nos falou das próximas eleições para escolher o Presidente da República e nos propôs que assinássemos um texto de apoio ao candidato do regime. Fiquei gelado e esmagado com aquela cilada. Mas não consegui reunir as forças necessárias para dizer que não assinava. Saí da reunião humilhado, amargurado e destruído. Tinha a noção de ter traído a minha consciência e os meus valores; envergonhava-me por me ter deixado encurralar na armadilha; revoltava-me contra a minha

fraqueza; mas não conseguia deixar de compreender as dificuldades daquele jovem (ainda não tinha feito 18 anos), sozinho perante a vida, consciente de que, se perdesse a bolsa, tinha de regressar a casa, e, tomado pelo medo, sucumbiu à chantagem. Passados 50 anos, continua a doer-me o facto de não ter sido capaz de dizer que não. Mas confesso que continuo a ter a mesma compreensão por aquele rapaz pobre, obrigado a decidir em condições tão dramáticas. Quero acreditar que, não tendo sido um herói, também não foi um vilão. A violência fascista manifesta-se também deste modo. E eu fui vítima dela. Tal como acontece muitas vezes com as vítimas da violência sexual, também eu falo em público deste episódio pela primeira vez.

O que é certo é que, a partir desse momento, prometi a mim mesmo que não cairia noutra. E mobilizei-me para assumir mais responsabilidades no domínio da cidadania, tendo participado em todas as manifestações de rua e em todos os comícios integrados na campanha do General Humberto Delgado. A minha inserção na vida da cidade justificaria que, dois anos mais tarde, quando um irmão meu chegou à Universidade e concorreu a uma bolsa de alimentação, o responsável por esse pelouro (um professor universitário) lhe tenha dito (sem vergonha nenhuma na cara!) que ele não iria ter bolsa, porque eu os tinha enganado: julgávamos que ele era um dos nossos – disse ele ao meu irmão – e, afinal, é do reviralho. Esta é também uma das caras do fascismo.

No último ano do meu curso, participei activamente no movimento associativo estudantil, tendo sido Director da *Via Latina*, órgão da Associação Académica de Coimbra então proclamado *Jornal de Todos os Estudantes Portugueses*, até que o governo salazarista o suspendeu por tempo indeterminado, em Maio de 1962. Para fazer sair cada número do jornal era preciso reunir material que dava para três números: a censura cortava o resto, já em provas tipográficas, o que nos custava muito dinheiro. Mesmo assim, o jornal manteve-se financeiramente, porque tínhamos uma rede de antigos estudantes de Coimbra por todo o País, que recebia exemplares e os vendia em bom número. Também por esta razão a *Via Latina* era um inimigo (do fascismo) a abater: a nossa contestação chegava a toda a parte.

Mas nunca conseguimos publicar uma só linha sobre a guerra colonial. Um dia, soubemos da morte em combate em Angola de um colega nosso da Faculdade de Direito. Lembrei-me então de pedir a um amigo dele desde a escola primária que escrevesse a notícia sobre a morte do nosso colega. Esperava que ele lamentasse e chorasse a morte do amigo. E foi o que ele fez, naturalmente. O tenente da censura não achou nada de subversivo naquela prosa e autorizou a publicação do texto. Os “chefões” da censura em Lisboa não gostaram nada que ele fosse publicado e (disse-mo depois o tenente, criticando-me por o ter enganado)

chamaram todos os nomes ao pobre tenente por não ter morto a notícia a golpes de lápis vermelho. O Reitor convocou-me ao gabinete para me criticar duramente pela publicação de tal texto: era inadmissível que, na circunstância, não se dissesse uma palavra para glorificar aquele jovem que heroicamente tinha dado a vida pela Pátria, e era ainda menos admissível que, quando o melhor da juventude portuguesa se batia em África pela defesa da integridade da Pátria, a *Via Latina* se colocasse ao lado dos que, num claro gesto de traição à Pátria, defendiam o abandono das “provincias ultramarinas” (assim chamava o salazarismo às colónias portuguesas). Fiz-me de inocente, é claro, e disse que, perante a notícia daquela morte, tinha feito o que ele próprio (reitor) faria: pedi ao melhor amigo do colega falecido que fizesse a notícia sobre a morte do amigo

Para compensar esta nossa frustração, valia-nos, naqueles anos tristes, o canto de um estudante-cantor de Coimbra de quem fui amigo, o Adriano Correia de Oliveira, que por essa altura começou a cantar, com música de José Afonso, um velho poema (*Menina dos olhos tristes*) redescoberto por se adaptar muito bem àqueles tempos: “Menina dos olhos tristes/ O que tanto a faz chorar/ O soldadinho não volta/ Do outro lado do mar/ Anda bem triste o amigo/ Uma carta o fez chorar (...)/ A lua que é viajante/ É que nos pode informar/ O soldadinho já volta/ Está quase mesmo a chegar/ Vem numa caixa de pinho / Do outro lado do mar/ Desta vez o soldadinho/ Nunca mais se faz ao mar”. E o Adriano levou a sua canção por todo o País, lavrando assim o nosso protesto contra a guerra colonial.

Deixem-me recordar o Adriano, estudante de Direito (não muito assíduo), militante comunista desde a juventude, um menino grande, com um coração do tamanho do seu metro e noventa bem folgado. Ele foi o primeiro cantor de resistência saído da canção tradicional de Coimbra, cantando por toda a parte que “Mesmo na noite mais triste/ Em dia de solidão/ Há sempre alguém que resiste/ Há sempre alguém que diz não”. Tinha uma voz de festa e de luta o Adriano. Uma voz amarga e doce: amarga, para denunciar e zurzir os crimes do fascismo, doce para anunciar que também para o povo português *amanhã há-de ser outro dia*. Morreu, estupidamente, quando tinha pouco mais de quarenta anos.

RTDC: O que determinou a opção do senhor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra?

AN: A opção por Coimbra era natural por parte de um jovem oriundo da região do País onde eu nasci. Para além de Coimbra, só havia Universidade em Lisboa e no Porto, em ambos os casos mais longe da minha terra natal. Acresce que a Universidade de Coimbra tinha então (e acho que continua a ter) uma atracção muito especial.

Creio que o mais importante é perceber como é que eu vim para a Universidade. Os meus pais nunca tinham pensado nessa possibilidade, porque não tinham rendimentos que permitissem alimentar esse sonho. Como filho mais velho de cinco, poderia ter aprendido o ofício de alfaiate (o meu pai abriu oficina própria aos 17 anos), ajudando à economia familiar. Mas os meus pais queriam melhorar a vida dos filhos. Por isso me puseram no Colégio lá da terra, para fazer o 5º ano do ensino secundário e concorrer para um qualquer lugar de funcionário público. Depois de uns anos à espera de vez no orçamento familiar, foi o que acabaram por fazer três dos meus irmãos. Um outro acabaria também por ir para a Faculdade de Direito, onde tirou o curso como estudante-trabalhador.

Devo ao Director do Colégio de Pinhel o meu destino de universitário. Entendeu ele que eu tinha capacidade para tirar um curso superior e que era uma pena ficar-me pelo 5º ano. Falou com os meus pais e disse-lhes que podiam mandar, no ano seguinte, a minha irmã para o Colégio, pagando quando pudessem. E insistiu em que eu deveria continuar os estudos, prontificando-se a arranjar-me uma bolsa que os dispensasse de qualquer despesa comigo. E assim aconteceu. Vim para Coimbra (e não para o Liceu da Guarda, mais perto de casa) porque era aqui que ele tinha as amizades que lhe permitiram concretizar o plano que gizara. A minha vinda para Coimbra foi um “escândalo” lá na terra. O Director do Colégio era monárquico, mas não frequentava os locais de reunião da “elite” local. De todo o modo, uns tantos representantes desta “elite” procuraram-no para lhe perguntar a razão por que ele me protegia e não fazia o mesmo com os filhos deles. Segundo ele próprio me contou, foi esta a resposta do Director: “Querem mesmo saber? Pois muito bem: porque ele é inteligente e os vossos filhos são burros”. Um ano depois de estar em Coimbra (no 6º ano do ensino secundário), tive uma nota elevada na disciplina de Filosofia, de que era professor um homem de grande reputação em todo o País (um homem de formação marxista, aliás). E o Dr. João Teles (assim se chamava o Director do Colégio de Pinhel) disse-me, muito convencido: “Por esse caminho, ainda te hei-de ver professor da Universidade”.

Querem saber porque escolhi Direito? Por uma razão muito prosaica. Na verdade, eu deveria ter feito um curso de Ciências, porque era bom aluno a Matemática e a Física. No exame nacional do 5º ano do ensino secundário, obtive 20 valores (a nota máxima) a Matemática. Acontece que, na hora da escolha, o meu primo Mário Canotilho me aconselhou a escolher Direito. Porque os cursos de Ciências obrigavam à presença física dos alunos nas aulas e o curso de Direito podia então frequentar-se em regime de aluno voluntário. Os *alunos ordinários* eram obrigados a frequentar as aulas (frequência de cu, dizia um professor meu) e prestavam provas no fim do ano; os *alunos voluntários* não eram obrigados a frequentar as

aulas, mas tinham de fazer duas provas escritas durante o ano, sendo admitidos a exame final se obtivessem dez valores (na escala de zero a vinte) naquelas duas provas. Estava claro: se eu não conseguisse obter (ou manter) a bolsa de estudos de que precisava para me manter em Coimbra, poderia regressar a casa, arranjar um emprego e tirar o Curso de Direito como aluno voluntário. Num curso de Ciências não teria esta possibilidade. Assim nasceu a minha vocação para o Direito. A verdade é que gostei do curso e nunca me senti penalizado por não ter tirado outro.

Um factor alheio à minha vontade acabaria por ditar também que a minha carreira de professor na Faculdade de Direito tenha sido feita na área das Ciências Económicas e não em qualquer das áreas jurídicas. Concluí o meu Curso em Outubro de 1962 e obtive, isolado, a melhor classificação atribuída nesse ano. Mas não fui convidado para assistente (era por convite do Conselho Escolar que então se iniciava a carreira académica). Confesso que não liguei muito a isso, porque nunca me levei muito a sério e nunca pensei que, naquele Portugal salazarento, um pé rapado como eu pudesse chegar a professor da Universidade. O que eu queria era ser magistrado: ser juiz era algo que me fascinava. E concorri para a Magistratura, devendo ser, naquele tempo em que os magistrados ganhavam mal, o candidato mais classificado de há muitos anos. Mas não fui colocado interinamente, nem fui admitido a concurso. Por razões políticas, claro está. Mantive a minha bolsa de estudo da Fundação Calouste Gulbenkian e inscrevi-me no Curso de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, começando a preparar uma dissertação sobre "O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais". Alguns meses depois, fui chamado a cumprir o serviço militar obrigatório. No ano lectivo seguinte, a Faculdade resolveu convidar para assistente um amigo meu (que é hoje um importante banqueiro), que concluiu o curso com classificação inferior à minha. E foi colocado na Secção de Ciências Económicas. Mal tomou posse, falou com o Professor (um homem de esquerda, anti-salazarista) e deu-lhe conta de que toda a gente falava do facto de eu não ter sido convidado, o que, dada as minhas classificações, não tinha precedente na Faculdade, deixando a ideia de que eu tinha sido "esquecido" por razões políticas. O professor ficou muito espantado, disse que o meu curso tinha "sujeitos de categoria", mas que ele tinha a ideia de ser um curso de gente que trabalhava pouco. E acrescentou que tomaria nota. E tomou. De tal forma que, no Conselho Escolar do fim desse ano lectivo, quando se analisavam os *curricula* dos alunos que tinham concluído o curso com classificações que justificassem o convite, ele lembrou o meu nome e defendeu que eu fosse convidado antes de quaisquer outros, porque deveria ter sido convidado logo em Outubro de 1962. O Conselho votou que assim se fizesse e o Professor Teixeira Ribeiro, que era o professor mais

antigo da Faculdade e tinha o direito de escolha, propôs que eu fosse contratado para a Secção de Ciências Económicas. E assim foi decidido, em Novembro de 1965, tendo eu aceite o convite.

A PIDE – que já tinha vetado a minha entrada para a Magistratura e tinha tentado que eu fosse “condenado” a cumprir o serviço militar como soldado raso – tinha, porém, outros projectos para a minha vida e vetou a celebração do contrato, em fins de Novembro de 1965. Concluído o serviço militar, casado e com um filho, precisava de dar um rumo à minha vida. Procurei o Director da Faculdade, Doutor Afonso Queiró, um homem do regime. Como eu esperava (por aquilo que conhecia dele e da Faculdade), garantiu-me que eu acabaria por ser contratado, ou ele deixaria de ser Director da Faculdade. E ofereceu-me uma bolsa de estudo de montante equivalente ao vencimento líquido de um segundo-assistente, até que a oposição da PIDE fosse ultrapassada. Interessado agora em seguir a carreira universitária e confiado no empenho pessoal e no peso político do Doutor Afonso Queiró, aceitei a proposta. Instalei-me em Coimbra (Abril de 1966) e comecei a trabalhar, retomando os estudos da tese sobre o direito de exclusão de sócios, que tinha interrompido em 1963. A PIDE e o Ministério da Educação acabaram por ceder, em Dezembro de 1966. Tomei posse como segundo-assistente da Faculdade de Direito de Coimbra em Janeiro de 1967.

RTDC: Como foi a sua formação filosófica? Quais foram suas principais influências?

AN: Eu creio, muito sinceramente, que a maior influência, no plano filosófico, i.e., no que se refere à concepção da vida e do mundo, foi a minha própria vida. Uma vida que vivi como adulto praticamente desde que guardo memória dela, partilhando com os meus pais os problemas, as dificuldades e até as discussões (quantas vezes noite dentro, pensavam eles que eu dormia). Uma vida difícil (compensada pelo carinho que nos unia e pelo projecto de uma vida melhor por que os meus pais sempre lutaram, à custa de enormes sacrifícios pessoais), no seio de um casal com cinco filhos (eu sou o mais velho) e com baixos rendimentos. Uma vida cuja infância decorreu numa terra com o ambiente que atrás deixei caracterizado. Uma vida vivida do lado dos trabalhadores pobres. A minha avó paterna morreu tinha o meu pai (o mais novo de seis filhos de um pastor de cabras de uma aldeia perdida nos confins do mundo) uns seis meses. Foi então (por volta de 1920) que emigraram para SP os três irmãos mais velhos de meu pai, que deveriam ter, segundo os meus cálculos, 15, 14 e 13 anos. Quem criou o meu pai foi a madrinha de baptismo, trabalhadora rural, analfabeta, que não tinha filhos e vivia na cidade de Pinhel. Acompanhei muito esta minha madrinha, com quem aprendi o mais rigoroso código de valores do mundo rural: a par de um grande orgulho, o sentido da sua condição social e o imperativo de trabalhar sempre. Muitas vezes

a ouvi contar que, quando nova, trabalhara muitas vezes 16 horas por dia, de modo a ganhar duas jornas (salários) num só dia. Desde que eu me lembro e até para aí aos 90 anos, ela ia, pendularmente, ao “rebusco” da azeitona. Eu explico: depois de os proprietários apanharem a azeitona, havia pessoas que percorriam depois os olivais para apanhar a azeitona que tinha ficado no chão ou não tinha caído das oliveiras. A minha madrinha era uma das dessas pessoas, que assim conseguia azeite para casa (o azeite era caro para os pobres). E trabalhou, como assalariada rural e em trabalhos domésticos, praticamente até morrer, com 92 anos de idade. Cedo percebi e interiorizei que o povo trabalhador era o meu povo e que o lado do trabalho era o meu lado na estrutura social e nas lutas sociais. Creio que fui marxista antes de ouvir falar de Marx, e nisto não vai, evidentemente, nenhum mérito meu.

Enquanto estive em Pinhel, a escola da vida foi a minha verdadeira escola. Chegado a Coimbra, encontrei no Liceu uns dois amigos com quem comecei a partilhar leituras e conversas sobre textos de Marx e de Estaline (não as grandes obras, mas publicações avulsas de pequenos textos). Aprendi muito com as aulas e as leituras sugeridas pelo meu professor de filosofia do 6º e 7º anos do ensino secundário: deram-me uma visão materialista da vida, mas não havia nelas qualquer sinal de marxismo (apesar da formação marxista do professor). Dei-me conta pela primeira vez do modo de pensar e de analisar a realidade, dentro dos quadros do marxismo, com o estudo da *História da Literatura Portuguesa* dos Drs. Óscar Lopes e António José Saraiva (militantes do PCP: o 1º. professor do ensino secundário no Porto; o 2º, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, obrigado a exilar-se). Não falavam de Marx nem o citavam, evidentemente (sinal dos tempos!), mas pensavam como marxistas, e – percebi isso mais tarde – ajudaram a formar a minha cabeça.

Quando entrei na Faculdade, nenhum dos professores poderia dizer-se marxista e Marx era raramente referido, e sempre para o desvalorizar, quase sem crítica. A cadeira de Direito Constitucional não estimulava, então, qualquer leitura sobre ciência política ou sobre teoria do estado. No 2º ano do Curso, porém, o Doutor Rogério Soares ia um pouco mais longe nas aulas de Direito Corporativo. Levava mais a sério a crítica de Marx e citava um livro cuja leitura marcou, para muitos de nós, o contacto com a problemática marxista: *O Processo Histórico*, de Juan Clemente Zamora. Ainda no 2º ano, no âmbito da disciplina de Economia Política, comecei a ler um autor que ainda hoje continuo a ler com gosto e proveito: Maurice Dobb, professor de Economia Política de Cambridge. Marxista, usava e citava Marx e raciocinava como marxista na análise da evolução do capitalismo e no estudo crítico dos autores da Economia Política clássica. Por influência dele comecei a visitar as obras de Marx e comecei a pensar como marxista, certo de que há uma teoria da história e de que essa teoria é a teoria

marxista, não como dogma, mas como princípio de enquadramento da realidade e método de análise dela. E confirmei o que “sabia” desde muito novo: as classes sociais existem, a luta de classes também, o estado é um estado de classe. A disciplina de Direito e Administração Ultramarina (do 3º ano do Curso) conduziu-me à leitura empenhada de muitos trabalhos sobre o colonialismo. E muitos dos autores que li tinham formação marxista, ajudando-me a ver o problema colonial sob esta óptica.

Apesar dos anos de chumbo do fascismo em Portugal, creio ser correcto afirmar que, naqueles anos, os escritores, os artistas plásticos, os ensaístas, os críticos literários e os críticos de arte, os artistas em geral, o pessoal do teatro, a intelectualidade no seu todo eram, na sua grande maioria, gente de esquerda, muitos deles militantes do PCP ou com alguma ligação a ele, ou com formação marxista. Por isso, a leitura dos nossos romancistas neo-realistas e das duas revistas de melhor qualidade (a *Seara Nova* e a *Vértice*) era para os jovens daquele tempo um processo de relacionamento intelectual e estético com o marxismo. Li, é claro, como os jovens estudantes do meu tempo, alguma literatura existencialista, embora deva confessar que nunca me entusiasmei por aí além. Uma outra escola foi a frequência, como sócio, do *Clube de Cinema de Coimbra*, que organizava regularmente ciclos de cinema em que o neo-realismo italiano e os realizadores progressistas de todo o mundo tinham lugar marcado. Paralelamente, o Clube distribuía pelos sócios um guia de leitura dos filmes que passava (quase sempre organizados pelo Doutor Orlando de carvalho) e organizava colóquios sobre os principais filmes ou autores. Sobre a importância do movimento cine-clubista, basta dizer que, para a PIDE, ser sócio de um Clube de Cinema era sinal de que se era, pelo menos, simpatizante do PCP.

262

Regressado a Coimbra, pouco depois de ser contratado com assistente da Faculdade, comecei a assinar duas revistas marxistas: a italiana *Critica Marxista* e a francesa *Économie et Politique*. No início dos anos 1970 comecei um período muito rico como membro da redacção da revista *Vértice*, uma revista mensal criada em Coimbra por jovens ligados ao PCP, no início da década de 1940. Era uma revista de inspiração marxista, mas nunca se assumiu como revista partidária e buscava e acolhia colaboração de autores anti-fascistas, mesmo que não fossem marxistas. Até 1974, nunca foi possível assumir publicamente a sua orientação ideológica, conhecida de todos, incluindo a PIDE e a censura. Dizia-se *revista de cultura e arte* e *revista do racionalismo moderno*. Foi quase sempre um enorme prazer trabalhar (militantemente, é claro) no colectivo daquela redacção, onde aprendi muito, sobretudo a não ser dogmático e a cultivar as virtudes do debate em colectivo.

RTDC: Quais são suas principais lembranças dos estudos universitários e quais foram os mestres que mais o influenciaram?

AN: Eu diria que as melhores e mais importantes lembranças dos meus tempos de estudante universitário referem-se à vida fora das aulas (*a outra universidade*, como sempre digo aos meus alunos). Naqueles anos, as disciplinas de Direito Público tinham menos projecção do que hoje no plano de estudos da Faculdade e os programas e métodos de abordagem não eram particularmente atraentes. Nada de entusiasmante se passava nessas áreas, nem elas estimulavam leituras que me tivessem marcado. No que se refere à actividade lectiva, guardo muito boas recordações das aulas do Doutor Francisco Pereira Coelho, nomeadamente em Direito de Família, nas quais o Professor tinha a coragem de defender pontos de vista (sobre o papel da mulher e sobre o divórcio, v.g.) que contrariavam abertamente o obscurantismo fascista. Marcaram-me as aulas práticas que o Doutor José Joaquim Teixeira Ribeiro deu ao meu Curso do 3º ano, na disciplina de Finanças, sobre os modelos de desenvolvimento, comparando o desenvolvimento capitalista com os modelos adoptados na URSS e na China. Uns meses mais tarde, em Junho de 1960, Teixeira Ribeiro proferiu uma conferência no Instituto de Altos Estudos Militares intitulada “Capitalismo e Socialismo em um Mundo Só”, que viria a publicar no *Boletim de Ciências Económicas* (revista especializada da Faculdade de Direito de Coimbra por ele fundada). Em síntese, defendia ele que “o socialismo realizado mostra ser uma técnica eficiente de desenvolvimento de países pobres [...], pois é uma técnica que reproduz, potenciado, o esquema de acumulação do primitivo capitalismo industrial; na verdade, também este restringiu, e ao máximo, os consumos das classes trabalhadoras para aumentar os investimentos; só com a diferença de ter respeitado os consumos das outras classes, enquanto o socialismo os eliminou, o que, para o mesmo nível de rendimento, se traduz em maior formação de capitais”. A leitura deste texto deu-me a alegria de saber que era possível, naquelas condições, defender o socialismo na Faculdade de Direito de Coimbra. No entanto, não tenho dúvidas em afirmar que o Professor que, nesta qualidade, mais me influenciou foi um professor cujas aulas não frequentei, porque ele faleceu no ano em que deveria ter sido aluno dele, pouco depois do início das aulas, que ele já não deu. Falo do Doutor Manuel de Andrade, professor de Direito Civil e de Direito Processual Civil, que todos em Portugal, creio eu, consideram o maior e mais influente jurista português do século 20. Dizem que não eram exemplarmente pedagógicas as aulas dele, mas escrevia primorosamente e ensinava a pensar o direito e a buscar a justiça com uma arte inigualável, à margem de qualquer dogmatismo.

Outro professor de quem não fui aluno nas salas de aula, mas que foi decisivo na minha formação (como na formação de muitos estudantes de Coimbra da minha geração) foi o

Doutor Orlando de Carvalho, que ensinava Cidadania, e Literatura, e Cinema, Teatro e Filosofia, de dia e de noite, nas tertúlias dos cafés, nas Repúblicas de Coimbra, no Clube de Cinema de Coimbra, nos colóquios e conferências, nas manifestações de rua e em todas as acções de luta contra o fascismo. E que, evidentemente, ensinou Direito na Faculdade de Direito de Coimbra. Quando entrei na Faculdade como segundo-assistente, foi ele que me avisou: “Faça-se respeitar tal como é. Construa o seu próprio estatuto. Não se esqueça de que, para isso, é preciso, muitas vezes pisar os terrenos do adversário”. Esta uma lição que me acompanhou ao longo dos anos.

RTDC: Quais as diferenças, do seu ponto de vista, entre as Faculdades daquela época e as de hoje?

AN: Numa Universidade como a minha, que completou há pouco 719 anos, as coisas mudam muito lentamente. Para o bem e para o mal. Não conheço bem um universo suficientemente alargado de Faculdades de Direito para poder falar em termos gerais. Tendo como padrão, a Faculdade de Direito de Coimbra, eu creio que a matriz da “Escola” se mantém. Pretendemos ser uma Escola de Direito, mas também uma casa de Cultura e uma Casa de Liberdade, onde cada um tem o direito de pensar pela sua própria cabeça e onde se respeita a liberdade de aprender e de ensinar, hoje consagrada constitucionalmente. Mas é justo dizer que a Faculdade, mesmo durante o fascismo, fazia seu título de nobreza não deixar ninguém de fora por razões políticas. Talvez por isso, quando chegou a Revolução de Abril (1974), do corpo docente da Faculdade, para além dos salazaristas, saíram militantes para quase todos os partidos políticos que então foram legalizados (Partido Comunista e Partido Socialista) ou foram constituídos (Partido Popular Democrático e Centro Democrático e Social).

No meu tempo de estudante eram poucas as raparigas que estudavam Direito, até porque lhes estava vedado o acesso às carreiras da Magistratura e da Diplomacia, por exemplo. E poucas eram as advogadas que trabalhavam sozinhas em escritório próprio. Hoje há muito mais alunas do que alunos, e o peso relativo das mulheres está já a sentir-se no corpo docente: muitos dos mais jovens são mulheres. Apesar de só termos uma professora catedrática, são já várias as professoras doutoradas. Nas Magistraturas (Judiciária e MP), os novos magistrados são, maioritariamente, mulheres.

O número de alunos mantém-se há vários anos um pouco abaixo dos três mil e não estamos interessados em que ele aumente muito. Mas tende a aumentar o peso dos alunos que frequentam cursos de mestrado e de doutoramento, o que implica um outro modo de estar na Faculdade, quer por parte dos professores quer por parte dos estudantes.

O elenco das disciplinas nos cursos conferentes de grau académico não mudou significativamente. Mas hoje a importância das disciplinas de Direito Público é bastante mais acentuada do que quando eu fui estudante da Faculdade. O mesmo se passa, talvez em menor escala, com as disciplinas da área de Penal, das Ciências Empresariais e da Filosofia e Metodologia do Direito. Em Coimbra, a cultura dominante da Escola continua a ser a de que o ensino deve visar essencialmente uma preparação teórica de alto nível, deixando a preparação profissional para o Ordem dos Advogados, para o Centro de Estudos Judiciários, os Cursos de Formação de Notários e Conservadores, os centros de formação de diplomatas. Creio que não fazemos um ensino divorciado da vida (as teorias são sempre uma tentativa de explicar e racionalizar a realidade), mas acreditamos que “não há nada mais prático do que uma boa teoria” e, como Faculdade clássica, procuramos orientar os nossos estudantes não para a análise exegética das leis, mas para a busca da justiça, enquadrando o Direito e as suas soluções com o estudo da História, da Filosofia e das Ciências Económicas, em diálogo permanente com as literaturas jurídicas mais importantes em todo o mundo (alemã, italiana, francesa, espanhola, em certas áreas também a inglesa e norte-americana, e, nos últimos anos, a literatura brasileira).

Na minha óptica, os nossos cursos são generalistas. E eu creio que este é o bem caminho. Nas Universidades não se pode aprender tudo: já é muito se os que se formam numa Faculdade de Direito aprenderem a raciocinar como o devem fazer os (bons) juristas. Na Faculdade de Direito de Coimbra não preparamos advogados, nem magistrados, nem administradores. Formamos juristas. O ensino profissionalizante (e de especialização e actualização, no quadro da aprendizagem ao longo da vida) faz-se em múltiplos Cursos de Pós-Graduação que não conferem grau académico, neles se ensinando o Direito do Consumo, o Direito da Integração, o Direito da Comunicação, o Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Ambiente, o Direito da Banca, Bolsa e Seguros, o Direito da Regulação, o Direito da Medicina, o Direito da Farmácia e do Medicamento, o Direito dos Menores e da Terceira Idade, o Direito Penal Económico, o Direito das Empresas, etc.

Há quem advogue que as faculdades de Direito devem produzir técnicos com base num ensino de orientação profissionalizante, para corresponder às exigências concretas do mercado de trabalho. Porque os jovens começam a trabalhar mais cedo; porque tais cursos ficam mais baratos ao estado; porque só assim se podem produzir os *especialistas* exigidos pelo mercado.

Há mesmo quem defenda que, em vez de Faculdades de Direito, deveria haver escolas específicas para formar técnicos (especialistas) preparados para iniciar imediatamente, à saída

da “fábrica”, o exercício de cada uma das várias profissões jurídicas: escolas para advogados, para magistrados, para embaixadores, para conservadores e notários, para técnicos de administração, etc.

Em nome da especialização, outros defendem (e aqui ou ali já se pratica) a ideia de que as Faculdades de Direito devem formar licenciados especializados em Direito Público, em Direito Privado, em Comércio Internacional, em Direito Económico, etc.

Por mim, entendo que a função das Faculdades de Direito é a de formar juristas com sólida formação teórica orientada e sustentada culturalmente e não a de formar “técnicos”.

Sei bem que no Brasil o estágio para a advocacia está integrado nos planos de estudo das Faculdades de Direito. Esta solução talvez seja explicável por razões históricas que desconheço e que não consigo descortinar. Considero, porém, que o estágio para a advocacia é um corpo estranho na Escola (e porque não fazer na Escola o estágio para a magistratura e para conservadores e notários?) e é uma amputação às competências e responsabilidades da Ordem dos Advogados. Exercendo esta, por delegação do estado, poderes públicos de regulação da profissão de advogado, não se compreende que fique fora da sua exclusiva esfera de responsabilidade e competência o estágio por ela exigido para a inscrição na Ordem e para o exercício da profissão.

Penso, por outro lado, que esta solução provoca efeitos perversos e desvios graves na preparação dos alunos. Com a ilusão de que, logo a partir do 2º ou 3º ano, já sabem o essencial, começam a fazer de advogados, nisso investindo energias e tempo que fazem falta para o aprofundamento teórico no estudo das várias disciplinas e para a atenção devida às disciplinas formativas e de enquadramento (que são, talvez, as que imprimem carácter ao ensino universitário), as disciplinas de História, de Economia, de Filosofia, de Metodologia, etc., com o (falso) fundamento de que elas não são de qualquer utilidade para o exercício da advocacia.

Persisto na ideia de que à Universidade cabe formar *juristas plenos* (diria *juristas de projecto*), com preparação teórica de nível elevado, juristas com formação científica que os habilite a compreender, na perspectiva do Direito, as mutantes situações da vida.

Após um longo trabalho de reflexão, esta foi a proposta do chamado *Lademberger Manifest*, que orientou a reforma do ensino jurídico na Alemanha, em 2000. Esta é, aliás, a tradição secular na Europa desde a Idade Média. Especialmente a partir do período de formação e afirmação dos estados modernos na Europa, as Faculdades de Direito vêm formando *juristas* aptos para o efectivo exercício de várias actividades (magistrados, conselheiros dos monarcas, advogados, embaixadores, administradores, políticos, etc.), para as quais recebem na Escola

não tanto conhecimentos técnicos especializados, mas uma certa *forma mentis*, um certo modo de equacionar os problemas, de arrumar as ideias, de articular argumentos, de construir soluções.

Nos nossos dias, creio que estas são as vantagens dos *cursos de banda larga*, mais adequados para formar “juristas de geometria variável”, com elevado grau de mobilidade profissional, preparados para se adaptarem às novas realidades da economia e da sociedade, para construir soluções condizentes com estas realidades e para manterem uma permanente atitude crítica perante a vida e perante o Direito.

A preparação teórica destes *juristas* dá-lhes uma grande capacidade de actualização ao longo da vida; a sua caixa de ferramentas resiste muito mais ao desgaste do tempo do que os conhecimentos dos *técnicos especializados* num qualquer *saber fazer*, rapidamente ultrapassados, como os equipamentos que manejam (códigos, legislação avulsa, estruturas organizativas), pela velocidade das mudanças que caracterizam o nosso tempo.

Também por esta razão vale a pena defender que as Faculdades de Direito devam continuar a ser *Casas de Cultura* e *Casas de Liberdade*, onde a preocupação dominante seja a de formar juristas com formação e preocupações humanistas, *juristas-cidadãos*, capazes de afirmar e defender os valores do Direito e da Justiça, os valores inerentes à dignidade do Homem, à dignidade de *cada um* dos homens e mulheres de carne e osso que constituem a nossa espécie.

Todos sabemos, com efeito, que os juristas têm sido, ao longo dos tempos, gente respeitada e gente odiada, gente protegida e gente perseguida, conforme os regimes e as sociedades defendem e protegem os valores do Direito ou optam por secundarizá-los ou aniquilá-los.

Uma *Escola-Casa-de-Cultura* que forme *juristas plenos* nos termos que atrás expus é hoje talvez mais necessária do que nunca, porque são hoje muitos os perigos de *morte do direito*, pelos mesmos caminhos e com os mesmos argumentos que levariam à *morte da política económica* e a justificariam.

Nas Faculdades de Direito, o ensino deve continuar a ser um ensino “alimentado” pela investigação desenvolvida na própria Escola por professores, investigadores e estudantes. Esta é a única forma de garantir aos estudantes uma formação teórica moldada pelo espírito científico, um ensino que não seja meramente exegético e repetidor do que já está dito.

Pela minha parte, rejeito o sistema dualista de que por vezes se fala, distinguindo *universidades de ensino* e *universidades de investigação*. A Universidade é uma instituição que fornece ensino ancorado na sua própria investigação.

A atitude pedagógica fundamental deve consistir na ideia-base de que a frequência da Universidade não visa *aprender tudo*, porque a Universidade não pode (nem faria sentido querer) *ensinar tudo*. A Universidade deve, sobretudo, ensinar aos seus estudantes as regras do pensamento científico, a exigência da humildade científica e da honestidade intelectual, do rigor conceitual e do rigor na expressão das ideias. A Universidade deve ensinar os estudantes a *pensar* (no nosso caso, a pensar os problemas que se colocam ao Direito tal como o fazem os juristas). A Universidade deve inculcar nos seus estudantes o espírito crítico, a rejeição de todos os dogmas, a necessidade de pôr permanentemente em causa as ideias consagradas, e deve fornecer-lhes a caixa de ferramentas adequada a estas exigências.

De há dois ou três anos a esta parte, a adaptação dos cursos universitários ao chamado Processo de Bolonha provocou também algumas alterações na organização e no modo de funcionamento das Faculdades de Direito, em Portugal e em toda a Europa comunitária. O ensino organiza-se em ciclos: o 1º ciclo, cuja duração é, em Portugal, em quase em todas as Faculdades, de quatro anos (mas é de três anos em outros países) conduz à licenciatura; o 2º ciclo (de um ano ou um ano e meio) conduz ao grau de mestre; o 3º ciclo (três/quatro anos) permite a obtenção do grau de doutor.

O ensino faz-se com base em semestres lectivos e em disciplinas semestrais. Com o objectivo de assegurar a comparabilidade, a compatibilidade e a mobilidade dentro do *espaço europeu de ensino superior*, adoptou-se o sistema de créditos ECTS (*European Credit Transfer System*), correspondendo a cada semestre, em regra, 30 unidades de crédito e a cada unidade de crédito ECTS cerca de 25-30 horas de estudo, de modo a ter em conta não apenas a carga lectiva, mas também o restante trabalho requerido por cada disciplina, nas aulas e fora delas (preparação de trabalhos, visitas de estudo, participação em colóquios, etc.).

Esta estrutura curricular e a duração (mais curta) do Curso de Licenciatura estão a obrigar alunos e professores a trabalharem mais e a consagrarem mais tempo à preparação das disciplinas. Cada semestre tem de corresponder a um período lectivo entre 12 e 13 semanas, o que obrigou a reduzir as férias e o tempo dedicado unicamente à avaliação de conhecimentos. Acresce que os princípios de Bolonha obrigam a colocar o aluno no centro da relação pedagógica, valorizando mais a aprendizagem levada a cabo pelos estudantes do que o ensino ministrado pelos professores. Mas esta lógica pressupõe um sistema quase tutorial e condições para algo muito próximo da avaliação contínua. Para levar Bolonha a sério, eram necessárias mais salas de aula, mais professores (com mais elevada qualificação académica e com mais tempo de dedicação à Escola), bibliotecas melhor apetrechadas, mais salas de leitura. Para isto é necessário, além de outros elementos, mais dinheiro ao dispor das

Faculdades. Ao invés, as Universidades públicas estão a ser asfixiadas financeiramente. Compreende-se, perante o que digo, que me inclua entre os que receiam que a experiência de Bolonha venha a revelar-se negativa. Oxalá me engane.

RTDC: Nas Faculdades de Direito de hoje, qual a importância da Economia Política, bem como da Filosofia e da Sociologia?

AN: Apesar de conhecer (ou de presumir conhecer) razoavelmente a realidade do ensino do Direito no Brasil, não me sinto à vontade para me pronunciar sobre este ponto tendo em vista essa realidade. Direi apenas que me parece haver algum espaço para a Filosofia do Direito e para a Sociologia do Direito (neste ponto, talvez até mais do que em Portugal, onde as mais importantes Faculdades de Direito descuram a Sociologia do Direito). Creio não errar ao dizer que as Ciências Económicas têm pouco espaço no ensino do Direito no Brasil (aspecto que tenho notado, ao verificar algumas dificuldades de formação nesta área por parte de alunos meus brasileiros aqui em Coimbra).

A minha Faculdade foi pioneira (talvez em termos europeus) na introdução de uma disciplina de Economia Política no plano de estudos da Faculdade, que aconteceu em 1836, no diploma que criou a Faculdade de Direito de Coimbra, na sequência da dissolução das duas Faculdades que até então se dedicavam aos estudos jurídicos (a Faculdade de Leis e a Faculdade de Cânones).

Na minha óptica, justifica-se um espaço alargado para as Ciências Económicas nas Faculdades de Direito, se não queremos limitá-las a um ensino reducionista, estritamente orientado para a formação de “técnicos” mais ou menos “especializados”, sem a preocupação séria de inserção profunda dos formandos na cultura do nosso tempo e de desenvolvimento da sua capacidade crítica e de criação.

Num mundo caracterizado pela evolução acelerada das descobertas científicas e pela rapidez vertiginosa da sua aplicação nas actividades produtivas, os “técnicos” demasiado “especializados” depressa se transformariam em “peças de museu”, com grandes dificuldades em compreender o que se passa à sua volta, em acompanhar o ritmo da vida moderna e em corresponder às exigências do mercado de trabalho. Nestas condições, impõe-se uma visão culturalista e humanista do ensino universitário, que o torne capaz de produzir licenciados dotados de uma boa preparação científica e cultural que lhes permita a fácil adaptação à permanente e intensa transformação do mundo em que se inserem, a compreensão do sentido profundo dessa transformação e a capacidade de intervenção no respectivo processo, para que o mundo dos homens possa ser um mundo digno do Homem.

Em Portugal, como já disse, as Faculdades de Direito não preparam os seus licenciados especificamente para o exercício de qualquer actividade profissional, seja ela a de magistrado, advogado, notário ou qualquer outra a que têm acesso os licenciados em Direito. Apesar das posições que, nos últimos trinta/quarenta anos, vêm sendo conquistadas pelos licenciados em Economia, em Finanças e até em Engenharia, os licenciados em Direito continuam a ter acesso relativamente privilegiado a postos de trabalho – e a postos de direcção ao mais alto nível – na carreira diplomática, na administração pública, na actividade empresarial, no sector financeiro, na vida política e nos organismos internacionais de que Portugal é membro. O reconhecimento desta realidade – que, a meu ver, não pode deixar de traduzir a especial qualificação dos licenciados em Direito para o exercício de tais funções – implica que as Faculdades de Direito se esforcem por oferecer aos seus alunos um conjunto de disciplinas que, para além de lhes proporcionarem uma sólida preparação jurídica, os familiarizem com os temas fundamentais da teoria económica e do pensamento económico e com os grandes problemas económicos do nosso tempo. Penso que uma preparação com esta amplitude é hoje uma exigência fundamental para o exercício da advocacia e da magistratura, para o trabalho nas polícias de investigação (a crime económica é a que rende mais e a mais difícil de investigar), para a actuação no contencioso de muitas empresas, para o desempenho de funções na administração pública, na diplomacia, em organismos internacionais.

Creio que não é este o momento nem o local oportuno para abordar uma questão tão complexa como a que diz respeito às relações entre economia e direito. E receio que me falte conhecimento para abordar com rigor esta matéria. Mas talvez se justifique deixar algumas considerações gerais, a propósito da pergunta que fizeram.

Poderá considerar-se demasiado simplista a concepção segundo a qual “as normas do direito civil se limitam a exprimir em forma jurídica as condições económicas da sociedade” (Engels), ou a afirmação de que “o direito evolui antes de mais sob a acção das necessidades económicas” (Duguit), e dir-se-á reducionista a visão dos que vêem o direito como “a veste formal na qual se tornam abstractas e cristalizam as formas económicas” (B. Cavallo e G. Di Plinio). Creio, porém, que já colherá aceitação generalizada a ideia segundo a qual o Direito é um fenómeno social que só pode ser explicado e compreendido através do conhecimento e da análise dos factores económicos, políticos e sociais que estão na sua génese e que condicionam a sua aplicação. Assim como se aceitará sem dificuldades que as transformações no domínio da economia exercem influência nas soluções consagradas no plano jurídico, igualmente será pacífica a aceitação de que o ordenamento jurídico exerce, por sua vez, influência sobre o comportamento dos agentes económicos e da economia como um todo,

actuando como elemento conformador do sistema económico e influenciando a evolução deste: a compreensão do direito é facilitada pelo conhecimento da realidade económica em que ele opera, mas a compreensão desta realidade económica (objecto da ciência económica) só se atinge conhecendo o quadro institucional no seio do qual se desenrola a vida económica. Também nesta perspectiva epistemológica se justifica, creio eu, o ensino da Economia Política (“a ciência do mundo moderno”, “a rainha das ciências sociais”) nas Faculdades de Direito. Assim se justificará também que o ensino da Economia Política nas Faculdades de Direito deva atribuir particular importância aos elementos institucionais ligados ao funcionamento da economia, nomeadamente às instituições políticas e jurídicas (ao papel do Estado e do Direito). Com toda a sua autoridade de economista e de professor de economia, Schumpeter aconselha que se ensine “uma economia que inclua uma análise adequada da acção do governo e dos mecanismos da vida política e das filosofias que nela são dominantes”, porque pensa que uma economia política assim entendida “será provavelmente muito mais satisfatória para o principiante”. Talvez possamos dizer que nas Faculdades de Direito deve ensinar-se uma *Economia para juristas* e não uma *Economia para economistas*, tendo bem presente que a “cabeça” dos juristas é diferente da “cabeça” dos economistas, o que significa que é diferente o seu *modo de pensar* a realidade.

Como se escreve num pequeno livro sobre *A Ciência Económica* (elaborado sob a responsabilidade de Oskar Lange e editado sob a égide da Unesco), entendo que, “para enfrentar as realidades futuras, os economistas deverão fazer entrar elementos sócio-económicos, no sentido mais lato do termo, na corrente principal da investigação teórica, (...) assumindo-se a ciência económica como uma ciência mais social, que não é mais do que a economia política no sentido próprio desta expressão”. Entendo que a Economia Política não deve confundir-se com uma “técnica” e muito menos com uma técnica esotérica e não acredito que os problemas da economia possam ser resolvidos pela “economia técnica”. As realidades económicas, o processo económico em toda a sua complexidade, devem ser analisados no contexto social, político e jurídico em que se inserem.

Como professor de Economia Política numa Faculdade de Direito, tenho procurado ser fiel à ideia de que a ciência económica é uma *ciência histórica* (“ciência que estuda processos históricos” – Schumpeter), sem esquecer que ela é, simultaneamente, uma disciplina teórica. Foi precisamente Schumpeter quem salientou ter sido Marx “o primeiro economista de grande classe a reconhecer e a ensinar sistematicamente como a teoria económica pode ser convertida em análise histórica”. Aprendi esta lição com Marx. Com Marx, com Schumpeter e com outros autores, defendo que “o tema da Economia é essencialmente um processo histórico continuado”. (Schumpeter)

Entendo, por outro lado, que a Economia Política, enquanto ciência social, não deve reduzir-se a uma *teoria pura*, “impressionante pela sua lógica sem falhas”, mas que descure os factores humanos, que dificilmente cabem numa equação matemática, e que dá por vezes “a sensação de um deserto de pedras e de gelo, de um mundo sem homens”. Como Jean Marchal – a quem pertencem as palavras que acabo de transcrever –, rejeito uma perspectiva que “substitui o homem verdadeiro pelo *homo oeconomicus* simplificado e o estudo sociológico e histórico por uma investigação de pura lógica aplicada às coisas económicas”, perseguindo o ideal de “uma ciência económica que aspira, como a economia marxista, a abarcar o homem total, mas que, em conformidade com a tradição saída do Renascimento, queira encarar os fenómenos sem preconceitos”.

E não me impressiono com o argumento de que, deste modo, faço um ensino com carga ideológica. Tenho para mim que o professor – e principalmente o professor universitário – não pode nem deve despir-se das suas ideias, das suas concepções científicas e filosóficas. Ao planificar os seus cursos, o professor tem que seleccionar as questões a abordar. Neste acto de selecção está logo presente uma opção com uma carga valorativa e normativa indiscutível. Como escreve Samuelson, a verdade é que “todas as teorias (...) distorcem a realidade pelo facto de a simplificarem extraordinariamente”, e um processo semelhante de simplificação-distorção está presente na acção do professor ao organizar o seu curso, valorizando uns temas e deixando outros de fora. Estas escolhas são, claramente, “formas de expressão do nosso interesse no mundo; são, na sua própria base, valorações”. (Gunnar Myrdal) É possível que todos sejamos vítimas de *auto-engano ideológico*. Mas creio que a consciência disto mesmo nos ajudará a reduzir os perigos de certas ilusões e a assumir as nossas responsabilidades intelectuais, deixando claros os nossos pontos de partida, especialmente perante os alunos, aos quais devemos uma atitude de permanente rigor, sobretudo na análise das nossas ideias e do nosso modo de pensar. Os “ideólogos” mais perigosos são os que se consideram imunes às ideologias e aos valores, proclamando-se, beatificamente, cientistas objectivos, acima das ideologias.

A liberdade do professor de investigar e de ensinar é uma exigência fundamental do acto pedagógico. Mas igualmente fundamental é a liberdade de aprender por parte dos estudantes, o que significa que a liberdade de ensinar e a liberdade de aprender constituem um todo indivisível. Uma não pode existir sem a outra: a liberdade de ensinar não pode anular a liberdade de aprender, tal como esta não pode anular aquela. Sem a liberdade do professor não pode existir a liberdade dos alunos. Do mesmo modo, se os alunos não forem livres de defender os seus pontos de vista, é porque a liberdade não existe, e, portanto, também não existe a liberdade do professor.

RTDC: Como ocorreu a polémica com Jan Tinbergen, primeiro Prémio Nobel da Economia?

AN: Eu tinha trinta anos quando tal ocorreu, vivendo os portugueses sob a ditadura fascista, na altura sob a “chefia” de Marcelo Caetano. Tinha entrado há pouco tempo para a Redacção da revista *Vértice*, a que já me referi atrás. A Redacção constituía um colectivo de trabalho e de análise e discussão dos textos pedidos ou enviados para publicação na revista. E, em regra, cada membro da redacção coordenava grupos de trabalho constituídos por jovens estudantes universitários interessados por actividades culturais (e actividades políticas...). Eu coordenava uma meia dúzia de jovens que constituíam a Secção de Assuntos Económicos e Sociais.

Numa das reuniões, propus que um ou dois desses jovens analisassem uma entrevista que Jan Tinbergen, recém-galardoado com o Prémio Nobel da Economia, tinha concedido ao último número de uma publicação da província (mas com boa circulação no País, por ser antifascista), o semanário *Jornal do Fundão* (nº de Dezembro/1969). A entrevista foi concedida a um português que trabalhava na Holanda e que (presumo) terá sido aluno (de doutoramento?) de Tinbergen. Nela se reflectia com clareza o pensamento da social-democracia europeia da época. E o desafio que lancei àqueles jovens foi o de fazerem a análise crítica, à luz do marxismo, das opiniões defendidas por Tinbergen. Algum tempo depois, foi discutido na Secção o texto elaborado pelos jovens estudantes. Toda a gente interveio com críticas e sugestões. Como de costume, eu fui o último. E terei aprofundado um pouco mais a crítica ao texto, por não salientar convenientemente algumas diferenças, que me pareciam importantes, entre o pensamento marxista e o pensamento reformista social-democrata. Finda a discussão, concluiu-se que era necessário reescrever o texto. E os jovens entenderam que deveria ser eu a fazê-lo, com o argumento de que bastava passar ao papel o que tinha acabado de dizer na reunião. Aceitei a “ordem” e escrevi o texto desprezioso, que foi publicado na *Vértice* (Julho de 1970).

Para grande surpresa minha, Jan Tinbergen (a quem o português que acima refiro – o Dr. M. F. Pereira Ramos – terá dado a conhecer o textinho que escrevi na *Vértice*) entendeu que o meu comentário à sua entrevista era merecedor de uma resposta sua. E escreveu um texto com este sentido, publicado no nº de Abril/1971 do *Jornal do Fundão* (“O essencial do socialismo”). É claro que os meus companheiros da redacção de *Vértice* logo me intimaram a responder ao artigo de Tinbergen. E eu não tive outro remédio se não aceitar. Satisfeito, porque um Prémio Nobel tinha entendido que valia a pena “conversar” comigo sobre temas de Economia. Assustado, por temer que não estivesse à altura das circunstâncias: para além das minhas obrigações académicas, teria tempo e capacidade para preparar uma resposta

que não me envergonhasse e prestigiasse a *Vértice*? Assustado (e angustiado) também porque sabia que a *Vértice*, como todas as publicações periódicas, estava sujeita à *censura* prévia.

O texto que escrevesse teria, pois, de passar pelo crivo da censura, que era, no caso da nossa revista, particularmente dura. Para conseguirmos publicar um número tínhamos de preparar material que daria para dois ou três números, tal o volume dos cortes do lápis vermelho da Comissão de Censura de Lisboa (o governo fascista não confiava nos burocratas que em Coimbra exerciam a função de polícias do espírito). Era difícil, por vezes desesperante, escrever para a censura. O esforço para escapar à tesoura dos censores nota-se no recurso (visível no texto) a algumas formulações redundantes (às vezes poderão parecer “ingénuas”), na busca recorrente da autoridade de certos professores, no subentendido de uma ou outra observação crítica, no ar vago de certas conclusões, na referência indirecta a certos autores ou a certos livros. Mas as marcas maiores ficavam dentro de nós, que sofriamos aquele vexame.

Por outro lado, a censura impunha que os textos fossem enviados para Lisboa já em provas tipográficas, isto é, já com o encargo financeiro de uma grande parte dos custos da produção industrial da revista. Era mais uma arma do salazarismo para asfixiar as publicações desafectas ao regime. Como revista militante que era, a *Vértice* não podia sucumbir (e não sucumbiu, apesar das inúmeras dificuldades por que passámos). Mas cada um de nós tinha a clara noção de que nem valia a pena tentar abordar certos temas e sabia que não podia carregar nas tintas dos textos que íamos escrevendo, porque cada corte na censura era mais uma dificuldade na vida da revista.

Por essa altura, a Comissão de Censura cortava, regularmente, uma boa parte dos textos assinados com o meu próprio nome. Usei um ou outro pseudónimo, um deles foi o nome do meu avô paterno (Joaquim Martinho), falecido há alguns anos, analfabeto como nascera. Na primeira nota de crítica à entrevista de Tinbergen, resolvi assinar apenas A. A. O Dr. M. F. Pereira Ramos parece não ter tomado consciência desta minha circunstância, sublinhando, com algum desagrado (ao apresentar a resposta de Tinbergen à minha notinha crítica), o facto de eu ter assinado simplesmente A. A. Nunca o conheci pessoalmente. Espero que ele não tenha pensado tratar-se, da minha parte, de um gesto de sobrançeria, desprezando a importância do tema ou o facto de poder *conversar* com um Prémio Nobel. Pelo contrário: o tema interessava-me bastante (e continua a interessar-me), e não é todos os dias que temos oportunidade de *conversar* em público com um Prémio Nobel. O disfarce do nome foi apenas mais uma artimanha para conseguir que os textos saíssem nas páginas da *Vértice*, trazendo para o espaço público uma *conversa* que não era uma conversa privada.

Pensando bem, talvez o entrevistador do Prof. Tinbergen tenha percebido as minhas dificuldades, porque a verdade é que foi de uma grande generosidade para com A. A., classificando aquela minha primeira nota como “trabalho interessantíssimo”, “uma crítica profunda às ideias de Tinbergen”, e considerando-a merecedora de ser lida e eventualmente criticada por uma personalidade do gabarito do seu entrevistado.

Devo à exemplar humildade científica do Prof. Jan Tinbergen e à sua grandeza de homem simples (são assim as pessoas excepcionais) a honra de ver um autor tão prestigiado (tinha acabado de receber o Prémio Nobel!) disposto a gastar um pouco do seu tempo para responder à prosa humilde do Sr. A. A. (assim me tratou Tinbergen).

No tempo livre das minhas obrigações de jovem docente da Faculdade de Direito de Coimbra, fui escrevendo o texto de “Resposta a Tinbergen sobre o essencial do Capitalismo e do Socialismo”. Como era de esperar, a censura cortou alguns trechos. E eu reclamei. Invoquei que era um debate entre universitários, que eu ensinava aquelas matérias nas minhas aulas... O Director da censura respondeu-me, pondo em evidência a natureza subversiva da problemática abordada, escandalizado com o facto de nas universidades portuguesas se ensinarem tais coisas!

Mas o facto é que em 1969 os estudantes da Universidade de Coimbra tinham levado a cabo lutas fortíssimas contra a universidade autocrática e salazarista, contra o fascismo e contra a guerra colonial, lutas que terminaram com uma greve a exames que contou com a adesão de cerca de 90% dos estudantes da academia coimbrã. O reitor e o ministro da educação tiveram de ser substituídos. Neste contexto, entendemos nós, a redacção da *Vértice*, que valia a pena arriscar nos protestos junto da Comissão de Censura de Lisboa (entretanto, sob Marcelo Caetano, a censura tinha-se “travestido” de *exame prévio*...). Valeu a pena, porque os textos acabaram por sair na Revista (n.ºs de Nov./Dez./1971 e Jan./Fev./1972), ainda com cortes, mas menos do que inicialmente assinalados pelos censores.

Em 1972, resolvemos publicar um livro com os textos todos, integrando nos meus os cortes da censura, o que não os libertou, é claro, do estilo e do tom a que esta obrigava as suas vítimas. O livro (*Do Capitalismo e do Socialismo*) foi incluído na *Colecção Textos Vértice*, que publicávamos em parceria editorial com a *Atlântida Editora*, uma casa que, entretanto, desapareceu do panorama editorial coimbrão e português. Em 2008, graças à amizade do meu Colega Orides Mezzaroba, Presidente da Fundação Boiteux (da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina), tive a honra e a alegria de ver o livro publicado no Brasil, com prefácio de outro Colega, Gilberto Bercovici (Editora Fundação Boiteux, Florianópolis, 2008).

Quero crer que continuam actuais os temas sobre os quais tive o privilégio (puramente accidental) de ter “conversado” com o Prémio Nobel Jan Tinbergen. E creio que vale a pena continuar a reflectir sobre eles. Naquela altura, os sociais-democratas europeus consideravam ofensa suprema a acusação que lhes era feita pela esquerda marxista e comunista de que eles se limitavam à *gestão leal do capitalismo*. Hoje, este equívoco terá passado à história, porque são os próprios dirigentes dos partidos socialistas e sociais-democratas europeus a considerarem-se defensores do capitalismo (e até do neoliberalismo) no que toca à produção e do socialismo no que toca à distribuição. Dir-se-á que esta equação é uma espécie de *quadratura do círculo*, se levarmos a sério o que, desde os fisiocratas, nos ensina a teoria económica: que as relações de distribuição não podem separar-se das relações de produção. Mas não vamos abrir aqui este debate...

RTDC: Como foi sua experiência, no campo da política pública da educação da Revolução dos Cravos em Portugal, em face do histórico e marcante 25 de abril?

AN: Com a Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974), chegou ao fim uma longa noite de 48 anos. Estava desde Setembro/1973 em Paris a preparar a minha tese de doutoramento. Vim a Portugal ver a festa. E já não regresssei, “mobilizado” que fui para integrar o 1º Governo do Portugal liberto do fascismo. Esse foi o meu trabalho, até Setembro de 1975, responsável pelo Desporto e Acção Social Escolar, numa primeira fase, e, depois, pelo Ensino Superior e Investigação Científica.

Esta experiência constituiu para mim um raro privilégio. A educação foi das áreas mais agitadas, naquele período em que as mudanças foram profundas e rápidas na sociedade portuguesa. O sistema de ensino superior foi profundamente afectado, desde logo porque os estudantes afastaram (*sanearam*, como se dizia então) um bom número de professores. Mas houve também uma remodelação profunda dos planos de estudo e dos programas das disciplinas e uma alteração radical nas estruturas de governo das Universidades e das Faculdades, aumentando o peso dos estudantes nestas estruturas. O Ministério procurava acompanhar a realidade, mas não conseguia comandá-la ou controlá-la. A luta política à volta do Ministério da Educação era enorme. Um partido político dito pró-chinês (MRPP) ganhou algum peso junto da juventude. A ele estiveram ligados jovens que hoje são dirigentes da direita (o exemplo mais significativo talvez seja o do actual Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, que na altura era um dos dirigentes da ala mais radical daqueles “comunistas pró-chineses”). Na minha ideia, deve ter sido um dos veículos da intervenção da CIA nos assuntos internos da revolução portuguesa. Seja como for, esses jovens conseguiram lançar a confusão em muitas escolas (universitárias e não só).

Toda a gente queria fazer coisas diferentes e coisas voltadas para o futuro. Todos os dias surgiam novas ideias e novos projectos. Da nossa parte, no Governo, esforçámo-nos sempre por manter um diálogo vivo com os novos responsáveis (tão novos nestas andanças como os que estávamos no Governo). Durante todo esse tempo, raro era o dia em que conseguia almoçar antes das duas ou três horas da tarde, nunca jantávamos antes das dez/onze da noite, reunindo depois no Ministério, noite fora, com grupos de trabalho encarregados de nos ajudarem a preparar as medidas que pretendíamos levar à prática. Saíamos muitas vezes do Ministério às três/quatro horas da manhã, para estar no gabinete, infalivelmente, às nove horas. Trabalhou-se muito (os militares do MFA eram conhecido como *os homens sem sono*), mas com uma enorme alegria.

Durante a minha permanência no Governo, conheci muita gente, incluindo alguns dos militares que derrubaram o governo fascista de Marcelo Caetano. Fiquei a admirar alguns e a conhecer o oportunismo e as manhas de outros. Como participava muitas vezes nos Conselhos de Ministros, tive a oportunidade de conhecer o Dr. Álvaro Cunhal (Secretário-Geral do PCP) e de apreciar as suas excepcionais qualidades de inteligência e de cultura política. Honro-me de ter mantido relações com ele nos anos que se seguiram, até à sua morte, uma vez que a minha modesta actividade política como cidadão sem filiação partidária se tem desenvolvido no espaço em que actua o Partido Comunista. Conheci também o Primeiro Ministro indicado pelo MFA, a partir do 2º Governo, o General Vasco Gonçalves. Ficámos amigos chegados até ao fim da sua vida, o que me permitiu conhecer bem a grandeza de um homem que queria ajudar a construir, para o seu povo, uma Pátria socialista e que acreditou que seria possível realizar este sonho. Era um homem simples, de uma enorme humildade, que se transformou num mito, porque se agigantava perante os adversários e defendia como um gigante os interesses dos trabalhadores.

Não tenho dúvidas de que foi amplamente positivo o que se fez nesse período de euforia, desde a fixação de um salário mínimo, até à legalização do movimento sindical e dos partidos políticos, à Reforma Agrária e às nacionalizações (banca e seguros, siderurgia, transportes, energia, a indústria química, a metalomecânica pesada). Foi maravilhoso de ver a alegria, a inteligência, a capacidade de organização, a solidariedade contagiante dos trabalhadores rurais do Alentejo, proclamando que não queriam ser proprietários da terra, queriam apenas a terra para poderem trabalhá-la. Foi grandiosa a mobilização dos trabalhadores das empresas e sectores nacionalizados na defesa das suas empresas. Parecia que o socialismo estava ali mesmo, ao nosso alcance. Talvez tenhamos perdido a noção de que o tempo tem o seu tempo e de que o tempo da História não se mede pelo tempo das nossas vidas individuais. Por mim, é quase certo que não viverei outro tempo assim.

Com a queda do último Governo presidido pelo General Vasco Gonçalves, regresssei, pacatamente, a Coimbra e à Faculdade de Direito. Durante o período conturbado da contra-revolução, senti-me “obrigado” a dedicar boa parte do meu tempo e das minhas energias a actividades cívicas que foram adiando o meu doutoramento. É bem certo, como escreveu Fernando Pessoa, que “a vida é o que fazemos dela”.

RTDC: A relação com o Brasil sempre esteve presente em sua vida académica e universitária?

AN: Até pensar no doutoramento, o Brasil só fazia parte da minha vida imaginada. Não sei explicar porquê, mas pensava muitas como seria a vida dos meus tios e primos no Brasil: como seriam as casas em que viviam, qual o seu estatuto na vida, que valores cultivavam, se sentiriam saudades da terra natal, se se lembrariam de nós. Estes sentimentos e o desejo de um dia ir ao Brasil avivaram-se depois da visita que um dos irmãos da minha mãe (que emigrou para o RJ com 13 anos) fez a Pinhel, em 1952/53, uns 50 anos depois de ter partido. Após o regresso ao Brasil, escrevia cartas pungentes, chorando de saudades. Até que em 1953, animado por esse meu tio, o meu pai tentou a sorte no Rio. A sorte não lhe sorriu: não encontrou emprego, e regressou a casa, uns seis meses depois, porque uma das irmãs que viviam em SP lhe pagou a viagem de regresso a casa, como atrás refiro. Então, comecei a ter saudades do Brasil como se lá tivesse nascido e dele me tivesse afastado. Tinha saudades do Brasil, apesar de nunca lá ter estado!

Fiquei satisfeito quando, ao preparar o doutoramento, acabei, sem dar por isso inicialmente, a estudar o Brasil e um pouco da história do seu povo, desde os anos de 1930 até ao fim do consulado de Delfim Netto. Quando conheci Celso Furtado (durante uma visita a Coimbra do Presidente José Sarney, sendo Celso Furtado Ministro da Cultura) ele perguntou-me quando e onde tinha eu estado no Brasil. Respondi-lhe que nunca lá tinha ido. Como é possível – perguntou ele – ter escrito o livro mais completo que conheço sobre a economia latino-americana sem nunca ter estudado no Brasil? Uns segundos depois acrescentou: agora percebo por que nos compreendeu tão bem: viu-nos de longe.

Entretanto, em 1985, tive a sorte de ser indicado pela minha Faculdade para fazer a oração de elogio académico de Tancredo Neves durante a cerimónia do seu doutoramento *Honoris Causa* na Universidade de Coimbra, por ocasião da visita que fez a Portugal pouco depois de ser eleito Presidente do Brasil. Nele saudei o reencontro feliz de dois povos que souberam conquistar a liberdade; nele saudei o democrata que, já depois de ter sido eleito, apelara publicamente a “um apoio total aos que lutam pela democracia no Chile”; nele saudei a esperança (que continuo a alimentar) de que, para o povo brasileiro, “amanhã há-de ser/ outro dia (...) quando o galo insistir/ em cantar /água nova brotando/ e a gente se amando/

sem parar". Até hoje, considero que este foi um dos momentos mais felizes da minha vida acadêmica. No final da cerimônia, sentado ao meu lado nos cadeirais da Sala dos Capelos, muito cansado mas feliz, segredou Tancredo Neves: "Valeu a pena ter chegado aqui só para viver este momento". Mal adivinhava eu o que iria acontecer-lhe pouco tempo depois.

Acabei por visitar o Brasil apenas uns anos mais tarde, como relato em outro ponto desta entrevista. Com grande pena minha, já tinham morrido todos os meus tios. Presidia então ao Conselho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra e empenhei-me em fazer da aproximação com o Brasil e da cooperação com as nossas congéneres brasileiras a primeira prioridade das nossas relações externas. Sem querer reivindicar qualquer mérito especial para mim, fiquei feliz quando, alguns anos depois, verificámos que grande parte dos professores de Coimbra iam regularmente ao Brasil e que Colegas brasileiros nos visitavam com mais frequência do que antes e apurámos que cerca de metade dos nossos de mestrado e de doutoramento eram brasileiros.

O Brasil deu-me grandes Amigos, dos melhores que tenho. Graças à sua amizade, comecei a ser convidado para fazer cursos e palestras em Universidades por todo o País, de norte a sul, para além de outros convites que muito me honram, para participar em duas Conferências Nacionais da OAB, em cursos de várias Escolas da Magistratura e do MP, na Comissão de Avaliação Trienal dos Cursos de Pós-Graduação em Direito a convite da CAPES (2001, 2004, 2007). Tenho publicado artigos em várias revistas e tenho editado alguns livros no Brasil. Alguns desses Amigos excederam-se ao conseguirem fazer de mim Professor *Honoris Causa* da UFAL e Doutor *Honoris Causa* da UFPR. O Brasil é uma das minhas grandes paixões. Sinto que o sangue brasileiro é sangue do meu sangue.

RTDC: Quais os estudos de Economia Política, dentre a vasta produção de sua autoria, que o Professor destacaria?

AN: Estão a pôr à prova a minha dose de vaidade. Receio que acabem por concluir que ela é maior do que os meus méritos. Mas como resistir ao feio pecado de falarmos sobre nós próprios, numa entrevista em que nos pedem isto mesmo? Só cometendo o pecado ainda mais feio de dizer que não a um convite honroso de Amigos a quem muito queremos e que muito admiramos. Não falarei, porém, dos méritos ou deméritos de nenhum dos meus trabalhos, destacando-os apenas por aquilo que eles significaram para mim e para a minha vida académica.

O meu primeiro livro foi *O direito de exclusão de sócios nas sociedades comerciais*, editado em 1968 em Coimbra pela Livraria Almedina. Foi a minha tese de mestrado. Creio que me saí bem (a edição esgotou-se rapidamente, e com o dinheiro dos direitos de autor adquiri o

meu primeiro automóvel, em segunda mão), e os pontos de vista que nela defendia influenciaram a jurisprudência dos tribunais portugueses, até que a legislação foi alterada, consagrando as soluções que eu propugnava.

Anos mais tarde, por ocasião da minha primeira visita a Curitiba (1996 ou 1997), foi-me apresentado o Prof. Alfredo de Assis Gonçalves Neto, que me disse do seu gosto em me conhecer pessoalmente, porque “conversava” comigo frequentemente através da minha tese, quer como professor de Direito Comercial quer como advogado nesta mesma área. Pensando que se referia à minha tese de doutoramento sobre *O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento*, perguntei-lhe que interesse tinha uma tese de Economia para um advogado e professor de Direito Comercial. Respondeu-me ele que se referia à minha tese sobre exclusão de sócios, que era, no Brasil, a “bíblia” a que todos recorriam nesta matéria. Fiquei tão estupefacto quanto satisfeito pela notícia. E também como que envergonhado, de consciência pesada, por ter abandonado aquele “filho” à sua sorte, verificando que, afinal, mesmo abandonado pelo “pai”, ele lutara e continuava a lutar por um lugar na vida, mesmo longe do torrão natal.

Depois deste episódio, ouvi, em outras ocasiões, referências elogiosas a essa minha tese, por parte de professores, advogados e magistrados brasileiros. Até que um dia a conversa deu lugar à acção. Estando em SP, procurou-me um jovem que preparava o seu doutoramento na USP para me falar do quanto devia à leitura daquela minha tese e da actualidade dela no seu País. A tal ponto que me propôs que eu a editasse no Brasil, oferecendo-se para tratar da edição brasileira. Apanhado de surpresa, não fui capaz de me defender da argumentação cerrada que fez em favor da sua proposta. Talvez convencido de que assim “matava” a questão, pus uma condição: a de ele fazer um prefácio a explicar por que razão valia a pena, tantos anos depois, ressuscitar aquele cadáver. A verdade é que o Prof. Renato Ventura Ribeiro fez o prefácio e a Editora Cultural Paulista editou o livro em 2001. O Prof. Renato Ventura Ribeiro faleceu há pouco, em condições dramáticas. Evoco aqui, carinhosamente, a sua memória.

Outro livro que deixou marcas na minha vida foi o já referido *Do Capitalismo e do Socialismo*. Pelas razões que invoquei: o acaso proporcionou-me a alegria de poder dialogar com um laureado com o Prémio Nobel.

Acresce que, se não erro no diagnóstico, o livro teve algum êxito junto do público leitor, com todas as limitações daqueles tempos salazarentos. Creio que o livro foi muito lido e discutido pela juventude universitária, o que é particularmente gratificante para um professor.

Ainda a propósito deste meu livro, permitam-me que conte uma história que ajuda a caracterizar o ambiente da minha Faculdade e a “cultura” que a caracterizava, mesmo quando a Pátria

era “lugar de exílio” para muitos dos portugueses. O Doutor Antunes Varela era o Ministro da Justiça quando fui impedido de me candidatar à Magistratura. Conheci-o pessoalmente quando ele retomou ao seu lugar de Professor da Faculdade de Direito de Coimbra após vários anos de ministro do governo de Salazar. Pois bem. Ele leu o meu livrinho, apesar de eu não lho ter oferecido, por não ser um trabalho “académico” e por recear que ele tomasse a oferta como provocação. E a verdade é que o Doutor Antunes Varela, agora professor da Faculdade de Direito de Coimbra e nesta qualidade, escreveu-me uma carta em que, para além de outras referências elogiosas, concluía deste modo: “Apesar da ideologia colectivista que o perpassa de princípio ao fim, este livro honra o seu autor e a Escola que o formou”.

Este antigo ministro de Salazar entendia, enquanto professor da Faculdade de Direito de Coimbra, que uma obra marxista honrava não apenas o autor, *mas também a Escola que o formou*. Deixo esta história como homenagem à minha Faculdade, que gosto de recordar assim: plural, tolerante, aberta ao diálogo, respeitadora da diferença.

Não posso deixar de referir aqui um livro que me tornou conhecido em todo o País, nos anos imediatamente anteriores e posteriores à Revolução dos Cravos (25 de Abril de 1974).

Refiro-me a *Os Sistemas Económicos* (Livraria Almedina, Coimbra, 1973).

Com o início da guerra colonial, a repressão agravou-se em Portugal. Em 1969, os estudantes da Universidade de Coimbra, em protesto contra o regime, contra a guerra e contra a ditadura, fizeram greve a exames, com uma adesão superior a 90%. O governo abanou e o ministro da tutela foi substituído. Uns tempos depois, o novo ministro anunciou reformas que sofreram forte contestação dos sectores mais à direita dentro da Universidade. Num artigo publicado no *Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra*, em que analisava criticamente os aspectos políticos destas reformas, o Director da minha Faculdade manifestava a sua preocupação de que elas viessem a entregar a Universidade a uns tantos hábeis agentes da subversão política, sublinhando que, no contexto de um País a braços com uma guerra no Ultramar, começavam já, especialmente no domínio das ciências sociais e da cultura, a manifestar-se certos abusos de alguns docentes, que já utilizavam as cátedras como tribunas de propaganda ideológica, especialmente marxista.

Entendi – creio que correctamente – que a conversa (também) era comigo. E decidi publicar, numa outra revista da Faculdade (o *Boletim de Ciências Económicas*, de que sou actualmente Director), com a concordância do Director de então, um capítulo sobre os sistemas económicos das minhas lições de Economia Política em que era clara a influência marxista. Foi este texto que depois foi publicado como livro. Estávamos em meados de 1973. Não me aconteceu nada, como eu esperava, aliás. A publicação do livro não foi, pois, nenhum acto de heroísmo. Quis apenas assumir as minhas responsabilidades.

Este livro foi usado como apoio às minhas aulas ao longo dos anos (continua hoje a ser usado na minha Faculdade, embora numa versão actualizada). Mas foi utilizado como livro de texto em muitas escolas secundárias portuguesas e em várias instituições de ensino superior (nos cursos de Direito, História, Economia, Ciências Sociais). Em sucessivas reimpressões, foi lido por milhares de pessoas, incluindo operários, alguns dos quais ainda hoje me procuram (no fim de conferências, de colóquios ou de sessões políticas em que participei) para me dizerem que leram *Os Sistemas Económicos* e que aprenderam muito com ele, por ser um livro acessível, mesmo a quem não é muito letrado. É indescritível a alegria e a comoção que me invadem quando ouço estas palavras.

Há cerca de vinte anos, num jantar de encerramento de uma campanha política em participei activamente, veio um jovem (dos seus 30 anos) falar comigo para se apresentar como meu antigo aluno e para me dizer mais ou menos o que segue: “Pode não acreditar, mas o que lhe vou dizer é a pura verdade. Eu era oriundo de uma família que não simpatizava com o salazarismo, e eu presumia-me uma pessoa de esquerda; quando cheguei à Faculdade, li e reli *Os Sistemas Económicos*. Pensei no que li e decidi que deveria inscrever-me no Partido Comunista. E assim fiz. Lá continuo até hoje”. É bem certo que os autores (e os professores) nem sequer desconfiam das influências (positivas ou negativas) que os seus livros podem ter junto dos leitores.

Para cúmulo da minha alegria, vim a saber que este meu livro teve leitores (e admiradores) mesmo no Brasil. Comecei a conhecer o Brasil por Curitiba, onde fui pela primeira vez (1997?), a convite do meu querido Amigo Prof. Luiz Edson Fachin, para participar num Colóquio de homenagem ao Professor Francisco Muniz. Na véspera do Colóquio, conheci o filho deste (o Juiz Fábio Muniz), que, a certa altura da conversa solta, me disse, sem saber com quem falava (e sem saber sequer que eu estava entre os convidados para participar no Colóquio), que devia ao pai o ter-lhe indicado um dos livros que mais o marcara, do qual sabia páginas e páginas de cor e que continuava a ser para si livro de cabeceira, *Os Sistemas Económicos*, do Professor de Coimbra, António José Avelãs Nunes. Quando me perguntou se eu conhecia este autor e eu me identifiquei, foi uma cena delirante: ele, satisfeito por me conhecer pessoalmente; eu, contentíssimo por ter conhecido aquele admirador.

Um outro trabalho que não posso deixar de referir é a minha tese de doutoramento, editada em 1984: *Industrialização e Desenvolvimento – A Economia Política do “Modelo Brasileiro de Desenvolvimento”*.

Comecei a trabalhar nela em Setembro de 1973, pensando estudar a relação entre inflação e desenvolvimento. Mas a verdade é que as duas faces desta problemática me conduziram

rapidamente ao Brasil, o maior laboratório de qualquer destes dois problemas. Esta "descoberta" do Brasil foi para mim um encantamento e razão de muita revolta, pela história do povo brasileiro que fui conhecendo por dentro. Acabei-a, com o título que acima refiro, em Julho de 1973, porque, entretanto, a revolução passou por Portugal e eu andei metido nela durante uns anos: no Governo, primeiro; na contestação à contra-revolução, depois.

Prestei provas de doutoramento em 3 de Maio de 1984. Pois bem. Apesar das "portas que Abril abriu" (Ary dos Santos), neste Maio dez anos depois de Abril, factores de ordem política quase ditaram a minha reprovação. Na tese defendia, em síntese, que o único desenvolvimento digno desse nome é o "desenvolvimento do povo, pelo povo e para o povo". E concluía perguntando se um tal desenvolvimento poderá ocorrer no quadro do capitalismo. Terminava deste modo as mais de mil páginas da tese: "Por nós, defendemos que a via socialista é aquela que permite a mais eficaz mobilização dos recursos disponíveis para a prossecução dos objectivos enunciados, garantindo uma distribuição mais igual de sacrifícios e benefícios. Acreditamos, com Teixeira Ribeiro [Catedrático de Coimbra com quem sempre trabalhei], que o socialismo realizado mostra ser uma técnica eficiente de desenvolvimento de países pobres".

Talvez por isso, um dos membros do júri votou a minha reprovação, alegando na sua declaração de voto que eu era um *cientista comprometido*, pelo que não tinha lugar na Universidade. Assim mesmo, dez anos depois da Revolução de Abril. Parece mentira, mas é verdade. Alguns dos que fizeram a Revolução, oferecendo a liberdade aos portugueses, sofreram por isso mais do que eu.

A investigação para a tese deu-me um enorme prazer. Pela alegria da descoberta de grandes autores latino-americanos, nomeadamente os ligados à CEPAL, que puseram de pé e conseguiram reconhecimento e prestígio para a primeira construção teórica no domínio da ciência económica (o estruturalismo latino-americano) elaborada fora, à margem e em certa medida contra os grandes centros produtores da ideologia dominante. Estes autores puseram em evidência o "falso sentido de universidade" (Raul Prebisch) das teorias elaboradas nos países dominantes, prontas a ser "exportadas, juntamente com as armas", (...) para os países em desenvolvimento, "impedindo-os de encontrar qualquer saída para a sua situação insuportável" (Joan Robinson). Entre esses autores sobressai a figura maior de Celso Furtado, que foi o grande orientador da minha tese, apesar de só anos mais tarde o ter conhecido e apesar de a minha perspectiva de análise não ser exactamente coincidente com a dele. Graças à minha tese, correspondi-me com ele, antes de o conhecer pessoalmente e recebi dele elogios generosos sobre o meu trabalho (elogios que me fizeram sentir como se tivesse ganho o

prémio Nobel!). Continuo a respeitá-lo como um grande Mestre, lúcido, culto, rigoroso, semeador de ideias e de pistas de investigação.

Esta tese deu-me ainda outras alegrias: a de ter sido editada no México pelo Fondo de Cultura Económica, por proposta da própria editora; e, mais recentemente, a de ter sido editada no Brasil pela Quartier Latin, com prefácio de Celso Furtado (o último escrito do grande jurista/economista, que aqui recordo, carinhosamente e respeitosamente).

Um outro livro que considero relevante no meu percurso académico é *O Keynesianismo e a Contra-Revolução Monetarista* (Coimbra, Almedina, 1991). Ele é o resultado de uma investigação prolongada e aturada (que começou quando preparava o doutoramento) pelos caminhos da mais importante controvérsia que atravessou a ciência económica ao longo do século XX. Acho que esse trabalho me forneceu quadros teóricos que me têm ajudado na análise da evolução do capitalismo nos últimos anos.

Um trabalho a que me sinto muito ligado é o que resultou da lição de síntese que, nos termos da lei, tive de proferir no âmbito das provas públicas para obtenção do título de agregado, editado pela Almedina em 1996: *Noção e Objecto da Economia Política*.

Segundo as praxes da Faculdade de Direito de Coimbra, seria arguente da lição de síntese o professor (agora catedrático da minha Faculdade) que tinha querido reprovar-me no doutoramento por eu ser um "cientista comprometido". Entendi, por isso, ser meu dever deixar claro que eu era mesmo um *cientista comprometido*, para ser julgado como tal. Na minha lição (cujo texto completo ofereci antecipadamente ao arguente) defendi a tese de que a Economia Política surgiu como "ciência da burguesia", *comprometida* com a acção da burguesia revolucionária no sentido de acelerar a desagregação da ordem feudal e de erguer a nova ordem burguesa, do mesmo modo que a teoria económica marxista (enquanto *Crítica da Economia Política*) se assumiu como "ciência do proletariado", *comprometida* com a *transformação do mundo*, empenhada em "dar à classe operária () a consciência das condições e da natureza da sua própria acção". (Engels) Defendi que a ciência económica sempre esteve, desde as origens, *comprometida* com um determinado projecto de sociedade. Foi assim com os fisiocratas, com Adam Smith e com David Ricardo. Foi assim com Karl Marx. Foi assim com Keynes, cuja obra teórica visou, *confessadamente*, salvar o capitalismo da derrocada que parecia iminente, perante as ondas de choque da Grande Depressão e os horrores do nazi-fascismo, já por demais notórios. Nela fiz uma crítica cerrada do paradigma marginalista, dos seus pressupostos ideológicos, da sua pretensa neutralidade científica, da sua concepção de "economia pura", de "ciência físico-matemática", "com o mesmo grau de certeza que possui a mecânica racional". Procurei mostrar a sua incapacidade para

compreender o capitalismo, e critiquei a sua recusa em analisar *o poder, as estruturas do poder, as relações de poder*. Defendi que o mercado é, como o estado, um *produto social, uma instituição política*, e não um *mecanismo natural*. Para concluir que a ciência económica é uma *ciência política, comprometida com valores*.

Pois bem. Exprimindo-se por voto secreto (prática estranha na comunidade universitária, que deveria primar pela transparência, mas legalmente consagrada na altura), o júri deliberou aprovar-me por unanimidade, ou seja, com o voto favorável do professor que votara a minha reprovação no doutoramento por eu ser um “cientista comprometido” e que foi efectivamente o arguente da minha lição. A apresentação desta lição e a publicação deste livro deram-me o conforto de verificar que tinha chegado ao topo da carreira universitária conseguindo aquilo que me propusera: usar plenamente a liberdade de investigar e de ensinar; não abdicar nunca deste direito essencial à função de professor; ocupar o meu lugar na Universidade sem renegar as minhas ideias. Compreendi então o alcance último destes versos das *Odes* de Ricardo Reis: “A realidade / Sempre é mais ou menos / Do que nós queremos / Só nós somos sempre / Iguais a nós próprios”.

Destaco ainda o livro *Neoliberalismo e Direitos Humanos*. Porque ele resultou de um convite-desafio do meu Colega e Amigo Jacinto de Miranda Coutinho, que, em Abril de 2002, me intimou a participar num Seminário por ele organizado em Oñati (País Basco espanhol), no Instituto Internacional de Sociologia Jurídica (15/16 Julho 2002), sobre “Políticas Neoliberales y Derechos Humanos”. Porque ele foi editado, em Portugal, pela Editorial Caminho (a Editora de José Saramago, à qual estive ligado desde a sua origem, por razões de afinidade ideológica) e, no Brasil, pela Editora Renovar, do meu Amigo Osmundo Lima. E porque creio que o consegui escrever num tom acessível ao grande público (esta é sempre a minha maior ambição).

Penso que se justifica uma referência a *A Constituição Europeia – A Constitucionalização do Neoliberalismo* (Coimbra Editora/Revista dos Tribunais, 2006), livro que me escrevi para eu próprio me esclarecer sobre o que estava em causa no debate sobre a chamada constituição europeia e que me serviu também para intervir neste debate, procurando desmascarar o “golpe de estado ideológico” que ela representava e a sua natureza de *constituição dirigente do neoliberalismo*, de *constituição-fim-da-história*, com a qual se queria encerrar um ciclo da construção europeia, “o ciclo da mentira política institucionalizada, da hipocrisia, do ilusionismo e da abdicação generalizada da vontade”, e chamando a atenção para as responsabilidades que tem neste processo a social-democracia europeia, “uma esquerda que não tem outro projecto para além da construção europeia, a *Europa*”, uma esquerda que, para ser

credível e não “assustar” os mercados (que, pelos vistos, são muito assustadiços), defende e pratica “uma política ainda mais à direita do que a direita” (George Sarre, ex-dirigente do PS francês, que votou NÃO no referendo que ditou a “morte” da dita constituição).

Agrada-me referir também *Uma Introdução à Economia Política* (Quartier Latin, SP, 2007), livro que organizei a pedido de um Colega da FDUSP, o Prof. Gilberto Bercovici, com o objectivo de ele o indicar como livro de texto aos seus alunos.

Quero referir, por fim, um livro editado em 2008 pela Almedina, no qual reuni alguns textos que considero interessantes e que me serviu para homenagear a minha mãe no dia em que ela completou 93 anos. Chamei-lhe *Uma Volta ao Mundo das Ideias Económicas. Será a Economia uma Ciência?*

RTDC: Quais são as responsabilidades de ser Vice-Reitor de uma das maiores universidades de Portugal e da própria Europa, como é o caso da Universidade de Coimbra?

AN: Não sei se a Universidade de Coimbra será uma das maiores (ou das melhores) Universidades da Europa. É, sem dúvida, uma das mais antigas, criada em 1290 pelo rei-poeta D. Dinis. E, por ter sido criada por carta régia, não tendo sido nunca uma Universidade da Igreja Católica, é capaz de ser a mais antiga Universidade Pública da Europa. Mas, com os nossos vinte mil e poucos alunos, não estamos no lote das maiores. Gostaríamos de estar entre as melhores e trabalhamos para isso. Os mais conceituados *rankings* nesta matéria colocam-nos umas vezes em 1º lugar no conjunto das Universidades de língua portuguesa, outras vezes em 2º lugar, a seguir à USP.

Mas creio que a Universidade de Coimbra é uma das mais identitárias em todo o mundo, no sentido de os seus antigos estudantes se identificarem com ela como verdadeira *Alma Mater*. Deixem-me contar uma história, bonita demais para que eu a não partilhe convosco. Uma das tradições coimbrãs é a de os cursos que lá se formam se reunirem periodicamente em Coimbra, para visitarem a Universidade e conviverem uns com os outros. Pois bem. Há cerca de um ano, um destes cursos pediu uma audiência ao Reitor para o cumprimentar e nele saudar a Universidade onde concluíram o seu Curso de Direito há setenta anos! Isto é Coimbra.

Creio que o capital de prestígio da UC justificará também que a mais antiga, maior e mais influente rede de Universidades Europeias tenha o nome de *Coimbra Group*. A mesma razão explicará que em Novembro de 2008 cerca de cinquenta Universidades brasileiras (as mais importantes e representativas, de entre Universidades Federais, Estaduais e Confessionais) tenham formalizado em Coimbra, no ambiente solene da Sala dos Capelos, a constituição do *Grupo de Coimbra de Universidades Brasileiras*, com o propósito de, à volta da velha *Alma*

Mater que todas reconhecem como tal, desenvolver e aprofundar relações de amizade e cooperação no plano da investigação científica, da organização de cursos de dupla titulação, da mobilidade de professores e estudantes.

Dito isto, compreenderão que eu goste da minha Universidade e que me sinta honrado por poder servi-la como Vice-Reitor. É um lugar que ocupo por razões de amizade e de solidariedade para com o actual Reitor. Por temperamento e por formação, encaro estas funções como um serviço, no qual ponho o melhor de mim mesmo. Isto tem um preço, que não é pequeno: uma certa secundarização (que não pode evitar-se) das responsabilidades ao nível da investigação e da docência. Mesmo assim, só nestes dois últimos anos não dei aulas (os vice-reitores estão dispensados de serviço docente), e tenho conseguido publicar alguns trabalhos.

Nestes últimos tempos, a Universidade teve que elaborar novos Estatutos, em função de nova lei de enquadramento do ensino superior entretanto promulgada. Pessoalmente (e creio que serei acompanhado pela maioria dos universitários portugueses), entendo que se andou para trás no que toca à democracia nas Escolas e a uma gestão democrática e participada na gestão delas. E tenho as maiores dúvidas de que as coisas tenham melhorado, mesmo numa perspectiva tecnocrática, as condições da gestão universitária.

Neste mesmo período de tempo, tivemos de reestruturar todos os nossos Cursos para os adaptar ao sistema de Bolonha, com três ciclos de estudo e uma nova (?) “filosofia” no que se refere às relações pedagógicas. Não vos vou maçar com os problemas que têm sido discutidos (e continuam a ser discutidos) na controvérsia, por vezes acesa, sobre o chamado Processo de Bolonha. O mais preocupante, sobretudo para quem tem responsabilidades na gestão universitária, é que todas estas mudanças, que exigiriam reforço das dotações orçamentais, vêm sendo executadas num quadro de asfixia financeira resultante de uma quebra das verbas do orçamento de estado, em termos reais, desde 2005, que anda à roda dos 25%. Para quem gosta da Universidade e nela se realiza profissionalmente, em regime de dedicação exclusiva, o difícil não é gerir a Universidade e resolver os problemas que surgem todos os dias, procurando enquadrar as soluções encontradas numa óptica de desenvolvimento estratégico da Universidade. O difícil é ultrapassar as dificuldades que os governos nos criam (quando eles não são parte da solução, mas são parte – importante! – do problema). Difícil é também gerir os “narizes de cera” de muitos universitários, uns porque pensam que o mundo gira à volta do seu umbigo, outros porque encaram o seu título universitário como um título de nobreza do qual esperam rendas sem trabalho nem contrapartida de serviço à Universidade, outros ainda porque fazem da Universidade um palco para os seus jogos palacianos, com as pequenas traições e os pequenos favores que os caracterizam.

RTDC: Qual a herança mais preciosa que o estudo do Direito ofereceria para o século XXI? O que o estudo da Economia Política pode proporcionar como herança para as futuras gerações?

AN: O século XX regista a seu crédito avanços enormes no progresso científico e tecnológico, na consolidação das instituições democráticas, na protecção dos direitos do homem, na luta contra o colonialismo e o racismo. Mas ele é também o século que carrega a seu débito duas monstruosas guerras mundiais e vários outros conflitos regionais que não terminaram até hoje; as mais ignominiosas práticas de crimes contra a humanidade; o aprofundamento intolerável da desigualdade entre pessoas e entre povos; a exclusão social que hoje atinge uma percentagem elevadíssima da humanidade.

Este início do século XXI tem acentuado gravemente as dificuldades, os desequilíbrios e os perigos, em resultado do galope da globalização neoliberal e da acentuação do “império americano”, constituído, como todos os impérios, à margem da lei e da ética e contando com a cobardia dos únicos que poderiam fazer-lhe frente (a Europa, em 1º lugar).

Este mundo da *globalização neoliberal* é um mundo em que, no dizer do Nobel Amartya Sen, “o sol nunca se põe no império da Coca-Cola”. E todos percebemos do que se trata. Mas gostaria de deixar claro que, a meu ver, a globalização, tal como ela se apresenta, não é o *resultado inevitável* de uma qualquer revolução tecnológica. A *globalização neoliberal* não é um produto técnico deterministicamente resultante, sem alternativa possível, do progresso científico e tecnológico. É antes um *projecto político*, levado a cabo de forma consciente e sistemática pelos poderes dominantes, enquadrado pela doutrina neoliberal, que constitui a sua “filosofia” inspiradora, a sua matriz paradigmática, a chave da sua compreensão.

A globalização é um fenómeno complexo, que tem no terreno da economia a área estratégica da sua projecção (com a liberalização dos movimentos de capitais e o incremento da actividade especulativa, factores poderosos de instabilidade dos mercados financeiros, das economias e das sociedades), mas que se apresenta sob múltiplos aspectos, de ordem filosófica, ideológica e cultural. Enquanto fenómeno ideológico e cultural, ela traduz a afirmação decisiva dos “aparelhos ideológicos” como instrumento de domínio por parte dos produtores da ideologia dominante, a ideologia do pensamento único, a ideologia da massificação dos padrões de consumo e dos padrões de felicidade, a ideologia que impõe a “sociedade de consumo” como paradigma de desenvolvimento, a ideologia que pretende anular as culturas e as identidades nacionais.

É um tempo complexo este que vivemos, que nos coloca perante situações novas, para as quais não se descortinam soluções conhecidas e provadas nem respostas simples e fáceis. Ter

clara consciência disto mesmo não deve entender-se como sinal de fraqueza ou de pessimismo, antes como condição indispensável para podermos chegar à definição de um estratégia de progresso, de paz e de felicidade, neste tempo de *riscos* e de *incertezas*, que o cientismo não conseguiu apagar.

Não é possível recusar hoje a ideia de que o desenvolvimento há-de colocar o Homem no centro de tudo. A necessidade da defesa dos direitos do homem é talvez a única certeza que podemos afirmar, no fim de um século tão contraditório e no início de outro, a nascer tão carregado de ameaças.

O Direito Civil, como direito das pessoas e como direito destas à vida, à identidade, à liberdade e à dignidade, carece, pois, de ser aprofundado como o *direito fundamental das sociedades humanas*.

Por outro lado, ao menos depois da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948), creio que temos de sublinhar que não pode definir-se qualquer hierarquia entre *direitos civis e políticos* e *direitos económicos, sociais e culturais*, uns e outros consagrados hoje nas constituições mais modernas, entre as quais a Constituição Cidadã do Brasil. A indivisibilidade destes direitos é o alicerce indispensável da universalidade dos direitos do homem, compatível com todas as culturas que acolham o princípio da igual dignidade de todos os seres humanos. Este é o quadro dentro do qual temos de empreender a reflexão sobre o Direito, o seu ensino e a sua prática.

Está hoje em causa toda a estrutura da comunidade internacional, os fundamentos da sua organização institucional, os métodos e os objectivos da sua acção. Está em causa o Direito Internacional. Mas estão em causa também o Direito Público de cada estado e o estado nacional, porque está em causa o paradigma clássico do estado nacional e da soberania nacional. Daí a importância crescente dos estudos de Direito Público, de Direito Internacional, da Filosofia do Direito, da Ciência Política e da Filosofia Política.

É preciso que o novo quadro regulador da convivência internacional e da realização da justiça material se inspire nos valores da justiça, se construa dentro do Direito e se realize através do Direito. De contrário, valerá a lei do mais forte, que é quase sempre o menos escrupuloso e o menos sensível aos valores éticos que constituem a essência da humanidade. É preciso que a Humanidade (ou a Comunidade Internacional), “tornada categoria jurídica há apenas cinquenta anos” (Mireille Delmas-Marty), se faça ouvir através de uma voz que não seja a dos grandes conglomerados internacionais e proclame, defenda e pratique valores que não sejam mera cobertura para os interesses destes poderosos e perigosos agentes globalizadores.

Enquanto produto social, o Direito é cada vez mais marcado pela importância da economia na nossa vida colectiva. O próprio estado tornou-se “estado económico” e o direito deixou de parar à porta das fábricas. No elenco das disciplinas cultivadas nas Faculdades de Direito, aumenta o número das que se ocupam da problemática económica. Não só as disciplinas de Economia Política, de Finanças, de Direito Fiscal, mas também as disciplinas de Direito Público da Economia, de Direito Industrial, de Direito Bancário, Direito da Bolsa, Direito dos Seguros, de Direito Internacional Económico, a par de disciplinas mais clássicas, como o Direito Comercial, o Direito das Empresas, o Direito do Trabalho, o Direito da Segurança Social, e de outras mais recentes, como o Direito da Informática, o Direito da Propriedade Intelectual e o Direito das Telecomunicações, por exemplo.

A subversão de valores introduzida pela chamada *sociedade de consumo* trouxe para o primeiro plano um novo ramo de direito, o Direito do Consumo (ou Direito dos Consumidores). Perante o poder totalitário das poderosas estruturas que comandam os mercados e transformam as necessidades das pessoas em puros pretextos para ganhar cada vez mais dinheiro à custa dos “consumo-dependentes”, compreende-se que o Direito do Consumo tenha surgido – à semelhança do Direito do Trabalho, marcado desde o início pelo princípio do *favor laboratoris* – como *direito de defesa dos consumidores*. Creio que por aqui passará também a construção da democracia no século XXI.

Mas todos concordaremos em que as questões ligadas à problemática do *ambiente* (ou às *condições da vida*) são das questões mais importantes que hoje se colocam à humanidade e, portanto, também ao Direito. Os bens postos em causa pela poluição não são bens que possam deixar-se entregues à lógica do mercado. A vida não pode transformar-se numa “mercadoria” cuja sorte fique à mercê das “leis” cegas do mercado. Creio que a preservação da vida humana exige cada vez mais uma sociedade diferente da que hoje conhecemos, um tipo de desenvolvimento radicalmente diferente deste “senseless cancerous growth” (W. Weisskopf), um sistema económico, social e político que rejeite em absoluto a “mercantilização da vida” (R. Heilbroner) e que assuma como meta um paradigma de desenvolvimento que não identifique o *mais* com o *melhor*.

Os problemas do ambiente são um dos efeitos perversos da dita sociedade da abundância, no seio da qual morrem todos os anos milhões de pessoas vítimas da fome e de doenças derivadas da fome, o que faz desta sociedade uma *sociedade antropofágica*, em estado de permanente guerra civil, que todos os anos faz tantos mortos como os que fez a Segunda Guerra Mundial. No entanto, todos sabemos que se a fome existe (e até vai aumentando) não é porque os meios naturais, humanos e técnicos disponíveis não permitam a produção

de alimentos suficientes para alimentar todos os habitantes do nosso planeta. O problema é outro. E creio que tem sentido a resposta de Amartya Sen quando defende que o facto de haver pessoas que passam fome – e que morrem de fome –, apesar da abundância de bens, só pode explicar-se pela *falta de direitos* e não pela *falta de bens*. O problema fundamental não é, pois, a *escassez*, mas a *organização da sociedade*.

E neste capítulo o papel dos juristas (*dos juristas-cidadãos*) é fundamental. Mais fundamental ainda se fizermos, como o faz o liberal Ralph Dahrendorf, em comentário a este ponto de vista de Sen, a seguinte pergunta: “Porque é que os homens, quando está em jogo a sua sobrevivência, não tomam simplesmente para si aquilo em que supostamente não devem tocar mas que está ao seu alcance? Porque é que o *direito* e a *ordem* podem ser mais fortes que o *ser* ou *não ser*?” [grifos meus] A esta, vale a pena acrescentar uma outra pergunta formulada pelo mesmo autor: “O que seria preciso para *modificar as estruturas de direitos*, de modo a que mais ninguém tivesse fome?” A própria pergunta parece encerrar a ideia de que é necessário *modificar as estruturas de direitos* (i. e., *as estruturas do poder económico e do poder político*).

Se assim é, temos de assumir que as ciências sociais – e também o Direito, talvez *sobretudo o Direito* – não podem deixar de fora da análise o *poder*, as *relações de poder* e as *estruturas do poder*. Trata-se, a meu ver, de afirmar o Direito como instrumento de *conformação do poder* e de *limitação do poder* e como instrumento de *transformação social* e de *realização dos valores da justiça material*.

Nestes tempos de globalização os defensores do “mercado livre”, da liberalização e da desregulamentação desenvolvem esforços sistemáticos no sentido de criar e de proteger espaços blindados por fronteiras artificiais, muito mais invioláveis e intransponíveis do que as fronteiras dos estados nacionais soberanos que eles dizem coisa do passado. Refiro-me, é claro, aos chamados *paraísos fiscais*, *paraísos legais* ou *paraísos judiciais*, espaços sem lei, sem impostos, sem polícia, sem tribunais. Esta realidade quase virtual – mas efectiva e poderosa –, que tão gritantemente interpela o Direito e os seus valores, constitui uma das contradições mais chocantes deste nosso mundo globalizado. Trata-se de verdadeiros *estados mafiosos* ou de “reservas” criadas por medida para garantir refúgio seguro, em nome da liberdade e do mercado, a capitais especulativos de todo o tipo, muitas vezes oriundos de (e promotores de) negócios escuros e criminosos. Neste mundo à margem da lei, os ganhadores são precisamente os que não respeitam qualquer lei, nomeadamente as estruturas do crime organizado e do terrorismo internacional. O esquema é conhecido e poderia ser desmantelado. Em nome da liberdade do capital, não o querem os senhores do mundo.

Por isso muitos vêm denunciando “a natureza liberticida das “liberdades” do capital” e vêm chamando a atenção para os perigos do “fascismo de mercado”. O americano Paul Samuelson, homem do *establishment*, Prémio Nobel e tudo, é um destes autores. Pouco depois do abalo de 11 de Setembro de 2002, um jornalista português (liberal na política e na economia), escrevia numa crónica sua mais ou menos isto: dizem que o mundo se vai mobilizar para o combate ao terrorismo internacional; quero ver se vão acabar com os paraísos fiscais, pelos quais passa o grande crime organizado e o grande terrorismo; se nada for feito neste domínio é porque não querem acabar com o terrorismo internacional. A verdade é que os “paraísos fiscais” continuam paraísos, enquanto o resto do mundo está cada vez mais um inferno dificilmente suportável. Os interesses que estão por detrás desses *espaços sem lei* permanecem sobre os valores inerentes à dignidade do Homem. É horrível esta conclusão, mas não sei como evitá-la.

Está hoje na moda a ideia de que o mercado (o mecanismo dos preços) é o único instrumento com base no qual se podem analisar e explicar não só os fenómenos económicos mas todos os fenómenos sociais (a opção por casar ou não casar, as opções de voto, etc.). É, de facto, uma autêntica *mercantilização da vida*, reduzindo a própria vida humana a um problema de preços que o mercado resolve espontânea e naturalmente, da única forma racional (e justa). As leis eternas do “mercado”, ditas de validade absoluta e universal, impõem-se a tudo e a todos, aspirando a substituir o Direito, como se fossem elas próprias uma espécie de *direito natural*, como naturais se pretende que sejam o mercado e as suas “leis naturais”.

Por mim, continuo a entender que David Miliband tem razão quando sustenta que, “longe de serem “naturais”, os mercados são políticos”. Contra a moda do neoliberalismo, é preciso compreender que o mercado não é um puro mecanismo natural de regulação automática da economia e de afectação eficiente, neutra e justa (porque *o que é natural é justo*, como se pensava no século XVIII) de recursos escassos. O mercado deve antes considerar-se, como o estado (e o Direito!), uma *instituição social*, um produto da história, uma criação histórica da humanidade, uma *instituição política (hoc sensu)* destinada a regular e a manter determinadas estruturas de poder. Aproveitando a embalagem, arrisco mesmo afirmar que, como o estado e o direito, o mercado é uma *instituição de classe*.

A doutrina neoliberal tem vindo a repor as concepções individualistas do homem e da sociedade, considerando esta o mero somatório dos *indivíduos* que a compõem, todos *livres e iguais em direitos* (como vieram proclamar as revoluções burguesas), sem tomar em consideração os grupos, as classes e as organizações sociais em que os homens se dividem e se agrupam. Nós sabemos que todos somos iguais, mas que uns são mais iguais do que

outros; e sabemos que todos são livres, mas alguns não têm as condições mínimas para exercer (muitas vezes nem sequer para reconhecer) a liberdade que em abstracto lhes é atribuída.

Nós sabemos qual o significado do *contratualismo* enquanto solução para todos os conflitos de interesses e fonte de direito “livremente” criado pelos homens enquanto sujeitos de direito. Adam Smith, um dos pais fundadores do liberalismo, teve o mérito e a coragem intelectual de ser o primeiro a mostrar que o *contrato de trabalho assalariado* não poderia considerar-se um contrato como os outros, porque são muito diferentes os *poderes* das duas partes contratantes. E conclui (mais ou menos nestes termos) que quem não entender isto é tão ignorante do mundo como deste assunto.

Mas hoje são notórias as tentativas de regressar ao *contratualismo* (sob a capa da desregulamentação, da redução da presença do estado, da *libertação da sociedade civil* e de tantos outros *slogans* publicitários), como se pudéssemos esquecer a velha e sábia máxima de Lacordaire: “entre o forte e o fraco, entre o rico e o pobre é a lei que liberta e a liberdade que oprime”. Em linguagem popular, basta recordar a parábola da panela de barro e da panela de ferro...

E vem-se avançando mesmo no sentido da *privatização da justiça*, nomeadamente através do recurso sistemático à arbitragem por parte dos grandes operadores económicos. Mas também através de outras práticas, muitas vezes associadas aos grandes escritórios (sociedades de advogados) onde trabalham duramente muitos jovens (estagiários uns, jovens advogados outros). São profissionais que fazem repetitivamente o mesmo tipo de trabalho, como se fossem computadores capazes de introduzir, num programa-tipo, as alterações aconselhadas pela especificidade do caso concreto. Raramente contactam com o cliente e não têm voz activa na fixação dos seus próprios honorários, em função do trabalho desenvolvido. Ora eu creio que estas são condições incompatíveis com a advocacia enquanto profissão liberal. Estes trabalhadores (muitas vezes sem contrato de trabalho, em geral obrigados a ritmos de trabalho muito intensos e muito mal pagos) não gozam do estatuto que caracteriza o advogado; talvez não devessem estar inscritos na OA, mas num sindicato de trabalhadores prestadores de serviços por conta de outrem, O *livre exercício da advocacia*, condição indispensável para garantir o *primado do Direito*, é incompatível com a proletarianização dos que a exercem.

Tanto quanto posso avaliar, esta “subversão” é ainda mais preocupante quando pensamos nas sociedades de consultadoria, em que trabalham licenciados em direito juntamente com outros profissionais (economistas, engenheiros, contabilistas, especialistas em *lobbying*, etc.).

Estes escritórios, fora do controlo da OA, substituem-se aos advogados no exercício de tarefas e funções tradicionalmente reservadas a advogados. Eles são uma das peças da engrenagem que vem trabalhando para reduzir a própria “justiça” à condição de *mercadoria*, “produzindo-a” sob formas mais rápidas, mais baratas e mais expeditas na resolução de conflitos de interesses, em prejuízo da sua ponderação e solução segundo as regras e os princípios do direito e da equidade, ao serviço do ideal da justiça.

Não sei se respondi à vossa pergunta, apesar do espaço que ocupei. O que procurei dizer é que, neste tempo de grande desespero mas também de grande esperança, é maior do que em qualquer outro tempo a responsabilidade social dos juristas e das Escolas que os formam. Estas têm de estar preparadas para ensinar os seus alunos a compreender as forças que fazem girar o mundo. E eu creio que a verdade não anda muito longe da conhecida afirmação do *Manifesto Comunista*: A história da humanidade até aos nossos dias é a história da luta de classes.